



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

GPP
Gabinete de Planeamento
e Políticas

CULTURAS ARVENSES

DIAGNÓSTICO SECTORIAL



2007

DOCUMENTO ELABORADO PELO GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS

2007

Í n d i c e G e r a l

Introdução	5
1. Caracterização do sector	6
1.1. Importância económica da actividade	6
1.2. Produção	6
1.2.1. Área	6
1.2.2. Produção	14
1.2.3. Explorações	16
1.2.4. Rendimento da actividade e custos de produção	20
1.3. Transformação	26
1.4. Comercialização	27
1.5. Organização da fileira	28
1.6. Mercado	29
1.6.1. Consumo	29
1.6.2. Balança comercial	32
1.6.3. Comércio internacional	33
1.7. Qualidade e segurança alimentar	35
1.8. Desempenho ambiental	37
2. Política de apoios	38
2.1. Perspectiva histórica	38
2.1.1. Adesão de Portugal à CEE e harmonização de preços	38
2.1.2. A reforma da PAC de 1992	39
2.1.3. Agenda 2000	40
2.2. A Reforma da PAC de 2003	40
2.3. Mercado comunitário	42
2.4. Principais negociações comerciais com implicações no sector	46
2.4.1. Organização Mundial do Comércio – Agenda de Doha	46
2.4.2. Mercosul	46
3. Análise SWOT	47
Anexos	i
Anexo I. Comércio externo de Arroz total, por estágio de transformação e por subespécie	i
Anexo II. Comércio Externo de Cereais – Média anual (t)	ii
Anexo IV. Medidas agro-ambientais 2004 e 2005: áreas compromisso (1000 ha)	iv
Anexo V. Produção mundial de cereais e arroz (10 ⁶ t)	vi
Anexo VI. Mapa actual dos direitos de importação para cereais e arroz e simulação da redução com base nas propostas, em Outubro de 2005, da UE, G20 e EUA	vii
Anexo VII. Etapas de Adesão – Portugal/UE	viii

Í n d i c e d e Q u a d r o s

Quadro 1 - Superfícies de regadio e sequeiro por região agrária (ha), 2004.....	9
Quadro 2 - Sistemas de Rega	9
Quadro 3 - Áreas semeadas por região (1000 ha)	11
Quadro 4 - Explorações por cultura e região NUT II e SAU total (Variação 1990-2005)	17
Quadro 5 - Distribuição da MBS das actividades cereais e milho, por região e agrupamento de orientação técnico económica das explorações	25
Quadro 5 - Dados Estatísticos do Sector Agro-Alimentar	26
Quadro 6 - Agrupamentos de Produtores – Ajuda complementar.....	29
Quadro 7 - Balanço de aprovisionamento dos cereais (sem milho e sem arroz).....	29
Quadro 8 - Balanço de aprovisionamento do trigo mole	30
Quadro 9 - Balanço de aprovisionamento do trigo duro.....	31
Quadro 10 - Balanço de aprovisionamento do milho	31
Quadro 11 - Balanço de aprovisionamento do arroz (t de equivalente branqueado)	32
Quadro 12 – Distribuição da capacidade de armazenagem instalada (toneladas).....	28
Quadro 13 - Ajuda específica aos produtores de cereais (<i>ajuda co-financiada</i>)	38
Quadro 14 - Comparação entre as medidas em vigor antes e depois da reforma da PAC de 2003	42
Quadro 15 - Balanço de Aprovisionamento de cereais na União Europeia	43
Quadro 16 - Balanço comunitário do arroz por subespécie (<i>Japónica e Indica</i>)	45

Í n d i c e d e G r á f i c o s

Gráfico 1 - Área de cereais e arroz em Portugal continental (ha).....	7
Gráfico 2 - Área de arroz em Portugal por tipo de arroz (ha)	8
Gráfico 3 - Variação da área total de cereais por região (1990-2006)	10
Gráfico 4 - Peso relativo em 2006 de cada cereal por região face ao Continente e variação da área de cada cereal por região entre 2002 e 2006.....	12
Gráfico 5 - Evolução da produtividade de cereais e arroz em Portugal.....	14
Gráfico 6 - Produção de cereais e arroz em Portugal continental (toneladas)	15
Gráfico 7 – Comparação das variações de área semeada de cereais e preço de intervenção 16	
Gráfico 8 - Variação do número de explorações e superfície média por cereal e região entre 1990 e 2005.....	18
Gráfico 9- Portugal: número de explorações por cultura e variação entre 1990 e 2005	19
Gráfico 10- Portugal: superfície média ocupada por cultura e por exploração e variação 1990-2005	19
Gráfico 11 – Estrutura do rendimento das explorações com especialização arvenses (Margem bruta Standard).....	22
Gráfico 12 – Estrutura do rendimento das explorações com especialização arroz (Margem bruta Standard).....	22
Gráfico 13 – Rendimento de explorações especializadas em arvenses.....	23
Gráfico 14 – Rendimento de explorações especializadas em arroz	23

Gráfico 15 - Estrutura dos custos intermédios das explorações especializadas em arvenses e em arroz.....	23
Gráfico 16 - Rendimento de explorações com diferentes especializações.....	24
Gráfico 17 - Preços semanais de importação e de produção em Portugal por campanha (€/t)	27
Gráfico 18 - Balanço de aprovisionamento do trigo mole e trigo duro	30
Gráfico 19 - Balanço de aprovisionamento do milho.....	31
Gráfico 20 - Balanço de aprovisionamento do arroz	32
Gráfico 21 - Evolução do saldo da balança comercial a preços correntes	33
Gráfico 22 - Média anual de entradas de arroz em 2003/05 (Porcentagem)	34
Gráfico 23 - Evolução das entradas de cereais em Portugal por origem	35
Gráfico 24 - Estimativa da produção de cereais em 2006/2007 na UE por EM (10 ⁶ t).....	44
Gráfico 25 - Produção de arroz na UE25, <i>Japonica</i> e <i>Indica</i> 2005/2006 (1000 t)	44

Í n d i c e d e M a p a s

Mapa 1 - Peso da área de trigo na SAU, por concelho, em 1989 e 1999 (RGA).....	13
Mapa 2 - Peso da área de milho na SAU, por concelho, em 1989 e 1999 (RGA)	13
Mapa 3 - Peso da área de arroz na SAU, por concelho, em 1989 e 1999 (RGA).....	14
Mapa 4 - Peso da MBS de cereais, milho e arroz no total da MBS das explorações agrícolas 20	
Mapa 5 - Fluxograma da comercialização dos cereais.....	27

Introdução

Os cereais ou, de uma forma geral, as culturas arvenses, tiveram desde sempre um papel relevante no sector, cumprindo uma função de alimentar determinante, quer para as populações quer para a alimentação animal, em complemento ou conjugação com a sua exploração e, de um modo geral, como forma de ocupação do solo. A estas funções tradicionais juntou-se, recentemente, uma nova valência que é a da sua contribuição potencial para a produção de energias alternativas.

A preocupação com a segurança alimentar no sentido da garantia do auto-abastecimento esteve na base de muitas políticas públicas de apoio à cultura dos cereais, em geral, e do trigo em particular. O modelo de concepção da Política Agrícola Comum (PAC) reflecte, igualmente, esta preocupação na sua essência.

A aplicação da PAC em Portugal foi determinante para a evolução deste sector. Foram duas décadas de ajustamento a uma política que já tinha iniciado o seu movimento de transformação, o qual se foi aprofundando sucessivamente. O maior impacto provém, contudo, da última reforma iniciada em 2003, na sequência da qual foi decidido o desligamento total das ajudas directas à produção nos cereais e parcialmente no arroz. Se exceptuarmos o carácter "re-ligador" que outro tipo de ajudas, nomeadamente as agro-ambientais, podem assumir, os agricultores portugueses enfrentam, pela primeira vez, um enquadramento muito menos orientador e regulamentador e mais determinado pelas regras do mercado.

Dois anos após a aplicação do desligamento já se constata algumas alterações neste sentido com a reafectação de áreas para aumento de algumas produções em detrimento de outras e incrementos importantes de produtividades, evidenciando uma reafectação dos recursos e consequentes opções culturais em função das novas regras de apoio e em resposta ao mercado.

Contrariamente ao que ocorre em Portugal, o sector dos cereais na União Europeia foi-se tornando fortemente excedentário, com consequências importantes a vários níveis, nomeadamente a acumulação de stocks na intervenção, sobretudo depois do alargamento de 2004. Não obstante, regiões deficitárias e geograficamente afastadas dos centros de produção, como a Península Ibérica, não têm beneficiado directamente desta situação.

O estudo agora disponível apresenta a evolução dos últimos anos e a sua avaliação até à situação actual, pretendendo contribuir para o melhor conhecimento da realidade, para a qual é determinante avaliar o que foram os últimos 20 anos de adesão à, então, Comunidade Económica Europeia (CEE) e a aplicação e assimilação da sua política em Portugal.

1. Caracterização do sector

As culturas arvenses compreendem os cereais, as oleaginosas e proteaginosas (COP), o arroz, as leguminosas para grão, as culturas efectuadas em regime de retirada de terras mesmo com fins não alimentares, e as culturas destinadas à produção de forragens secas.

O presente diagnóstico incidirá no estudo das culturas arvenses mais representativas, na actualidade, em Portugal Continental, e na análise da sua evolução no passado recente. Nessa perspectiva analisar-se-ão, em particular, o conjunto dos cereais, de sequeiro e regadio, e o arroz.

1.1. Importância económica da actividade

Quase dois anos depois da implementação do desligamento das ajudas introduzido pela Reforma da PAC de 2003, a produção de cereais e arroz (1.2 milhões/t/ano) ocupa, actualmente, menos de 400 000 ha, correspondendo a 10% da SAU, ou seja, metade da área ocupada em 1990. Em 2005, 38% das explorações agrícolas em Portugal praticavam o cultivo de cereais e/ou arroz comparativamente com 43 % em 1990.

Em 2004 a produção do ramo agrícola (vegetal + animal) situava-se no limiar dos 5% do Produto Interno Bruto a preços de base. A produção de cereais e arroz representava, na média do quinquénio 2000-2004, um valor próximo de 5,75% (ou €378 milhões) do valor da produção vegetal a preços de base, menos 1.8 pontos percentuais que no quinquénio anterior.

As importações de cereais e arroz, no seu conjunto, totalizaram, na média do quinquénio 2001-2005, €475 milhões/ano, três quartos dos quais de origem comunitária, não ultrapassando as exportações os € 31 milhões/ano, valor na sua quase totalidade destinado à União Europeia. O conjunto dos cereais e arroz contribuem em 15% para o défice da balança comercial de produtos agrícolas¹.

O produto da actividade agrícola, complementado com a matéria-prima importada, desenvolve-se ao longo da cadeia de valor num sector agro-industrial com peso relevante no conjunto das Indústrias Alimentares e de Bebidas, isto é, 25% para o conjunto das indústrias de transformação de cereais (moagem, descasque/branqueamento de arroz, fabricação de amidos, alimentos compostos para animais, panificação e pastelaria), totalizando €2.325 milhões, em 2004.

1.2. Produção

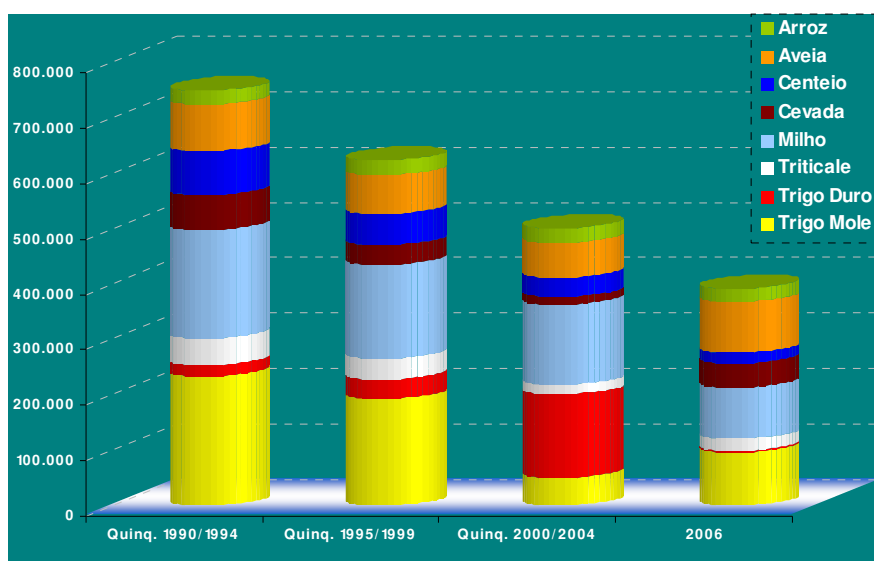
1.2.1. Área

O conjunto das áreas semeadas com cereais e arroz reduziu-se em quase 50% desde o início da década de noventa até aos dias de hoje, passando de 750 000 hectares em 1990 para 390 000 hectares cultivados em 2006. A proporção da SAU ocupada com estas culturas também se reduziu para metade: de 20% em 1990 para 10% em 2005.

A variação mais significativa aconteceu no trigo duro, cuja ocupação ascendia a 19 000 ha em 1990, atingiu o máximo de 188 000 ha em 2002, reduzindo-se, após a reforma da PAC de 2003, a apenas 3 199 ha (valores em 2006).

¹ Produtos agrícolas na acepção do Anexo I do Acordo Sobre a Agricultura, da Organização Mundial do Comércio.

Gráfico 1 - Área de cereais e arroz em Portugal continental (ha)



Fonte: INE, excepto 2006 (estimativa GPPAA com base em dados INGA)

A segunda quebra mais significativa registou-se no centeio: 18 225 ha semeados em 2006 face a 95 069 ha em 1990, traduzindo-se numa redução de 81% na área semeada.

A área de milho sofreu também uma redução substancial e continuada até hoje. A área semeada em 2006 (93 189 ha) representa apenas 64% da área semeada no quinquénio 2000-2004. Estes valores referem-se às superfícies de milho grão, aos quais se deve adicionar, em média, cerca de 55 000 ha/ano destinados à produção de silagem.

Ao analisar-se a evolução das áreas semeadas entre o quinquénio 2000-2004 e o ano 2006, ano que já se pode tomar como representativo do período após reforma, verifica-se um aumento muito considerável em duas culturas; trigo mole e cevada. As áreas semeadas destas culturas, em 2006, multiplicaram-se respectivamente por 2 e por 3 face à média do quinquénio 2000-2004.

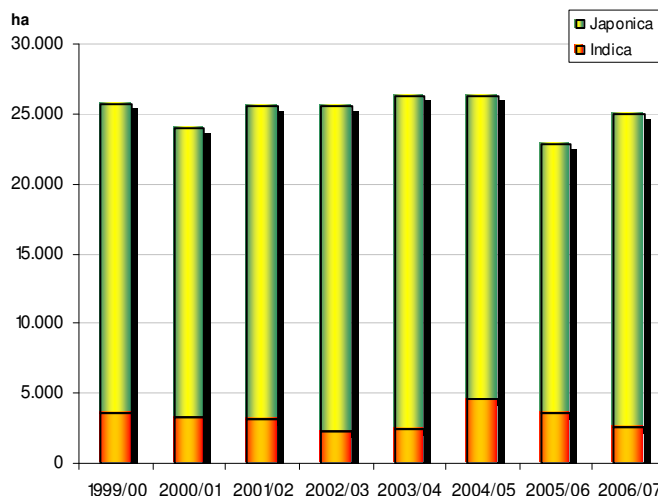
Relativamente à recuperação da área de trigo mole, estaremos a assistir ao retorno a níveis registados no final da década de 90, antes da substituição das áreas semeadas de trigo mole por trigo duro devido à introdução da ajuda suplementar a este cereal, revista e aumentada na Agenda 2000. O desligamento total das ajudas a partir de 2005 e a substituição desta ajuda suplementar ao trigo duro por uma ajuda específica à qualidade, de valor substancialmente inferior, complementado com a exclusão desta cultura no acesso a algumas ajudas agro-ambientais², terão sido factores determinantes desta opção pelos os agricultores.

No que respeita à cevada, o aumento da área resulta da resposta à procura exercida pela indústria cervejeira conjugado com o acesso às ajudas agro-ambientais³.

² As ajudas agro-ambientais para as culturas arvenses de sequeiro, com valor mais elevado para o trigo mole face aos outros cereais, no primeiro ano de aplicação (2003/2004) não contemplavam o trigo duro.

³ Neste caso a cevada está incluída nas culturas com acesso às medidas agro-ambientais arvenses de sequeiro.

Gráfico 2 - Área de arroz em Portugal por tipo de arroz (ha)



Fonte: INE/INGA

Relativamente ao arroz, verificou-se uma redução de cerca de 25% das áreas semeadas entre 1990 e 2006, que passaram de 33 824 para 25 031 ha.

Atendendo às condições normais de produção e mercado, poderá verificar-se uma estabilização à volta desta superfície. De facto, a recente reforma deste regime, que substituiu mecanismos de suporte de preços de mercado por uma ajuda específica, de valor relativamente importante, em conjugação com outros factores como o aumento do consumo comunitário devido ao alargamento da UE e a conjuntura recente em alta dos preços mundiais, podem permitir condições para a manutenção destas áreas⁴. Acresce, ainda, a possibilidade de benefício de ajudas agro-ambientais (lixiviação, protecção e produção integrada).

A distribuição de áreas entre as duas subespécies, *Japonica* (associada ao arroz “Carolino”) e *Indica* (associadas ao arroz “Aguilha”), não sofreu alterações significativas de estrutura, variando as áreas de *Indica* entre 9 e 17% do total da área semeada nas 8 campanhas identificadas no gráfico. Na verdade, as variedades tipo *Indica* são mais exigentes em condições climáticas associadas a um ciclo produtivo mais longo. Por essa razão, só a Sul (Alentejo e em algumas zonas do Ribatejo) se consegue cultivar arroz *Indica* com resultados aceitáveis.

Regadio

Uma análise da distribuição das superfícies em relação à utilização da água permite concluir que, para as culturas abaixo identificadas, tem maior peso as culturas em sequeiro que, em 2004, representava 57% do total da superfície cultivada com cereais e arroz.

⁴ Excepto em 2005, devido às condições de seca extrema.

Quadro 1 - Superfícies de regadio e sequeiro por região agrária (ha), 2004

Região Agrária		Trigo Mole	Trigo Duro	Centeio	Cevada	Aveia	Milho	Tricale	Milho Silagem	Arroz	Total
Entre Douro e Minho	Regadio	8	4		1		34.174	6	32.924		67.117
	Sequeiro	41	1	838	2	735	124		36		1.777
Trás - os - Montes	Regadio	30	9		0,3		6.480	1	1.431		7.951
	Sequeiro	5.349	118	12.267	244	10.383	3.199	26	233		31.819
Beira Litoral	Regadio	50	3		1		26.448	17	11.053	6.654	44.226
	Sequeiro	356	22	729	29	3.200	2.730	7	713		7.786
Beira Interior	Regadio	87	1		16		10.956	473	923		12.456
	Sequeiro	1.119	89	8.831	138	15.529	12.637	2.026	32		40.401
Ribatejo e Oeste	Regadio	921	4.015		635		21.005	342	1.885	9.565	38.368
	Sequeiro	1.134	3.405	16	1.566	10.842	810	308	39		18.120
Alentejo	Regadio	3.453	23.926		1.754		22.884	519	2.394	10.503	65.433
	Sequeiro	17.234	121.622	1.068	9.815	55.420	2.335	11.809	30		219.333
Algarve	Regadio	29	30		7		612		8	220	906
	Sequeiro	786	312	11	539	2.229	223	117			4.217
TOTAL	Regadio	4.578	27.988	0	2.414	0	122.559	1.358	50.618	26.942	236.457
	Sequeiro	26.019	125.569	23.760	12.333	98.338	22.058	14.293	1.083	0	323.453

Fonte: INGA (Anuário 2004)

A análise da distribuição, por região, das culturas em sequeiro e em regadio revela, como era de esperar, uma grande percentagem da superfície de sequeiro associada à região do Alentejo, por se tratar de uma região onde a disponibilidade de água para rega é limitada. Constata-se igualmente a existência da utilização do regadio de forma generalizada na cultura do milho em quase todas as regiões, com excepção da Beira Interior, onde esta área é ligeiramente inferior à área de milho de sequeiro.

O Quadro 2 apresenta a distribuição regional dos diferentes sistemas de rega privados, estando identificadas 10 tecnologias diferentes, com predomínio da rega por gravidade.

O sistema de rega mais utilizado, em termos nacionais é, pois, o de *Gravidade*, com cerca de 108 448 ha regados ou 41% do total, seguido dos sistemas *Center Pivot* e *Aspersão Móvel*, com 52 210 e 45 532 ha, respectivamente. Estes últimos estão associados maioritariamente à cultura intensiva do milho, o primeiro na região do Alentejo e Ribatejo, e o segundo na região do Entre Douro e Minho.

Quadro 2 - Sistemas de Rega⁵

Região Agrária	Gravidade	Center Pivot	Aspersão Móvel	Máq. Rega / Canhão	Aspersão Fixa	Localizada	Pivot Linear	Pivot e outras	Gravidade e aspersão	Gravidade e máq. rega
Entre Douro e Minho	38.702	10	23.005	824	1.094	763	1	7	2.514	249
Trás - os - Montes	6.459	1	720	52	228	14	1	9	288	235
Beira Litoral	17.106	244	12.625	1.014	1.966	234	64	82	4.181	543
Beira Interior	10.203	2.736	3.710	1.159	443	36	101	347	1.896	468
Ribatejo e Oeste	18.741	16.613	2.953	6.414	1.999	1.304	981	1.004	159	88
Alentejo	16.648	32.507	2.357	24.081	1.175	473	371	1.477	185	694
Algarve	581	100	161	110	14	32		3	17	15
TOTAL	108.440	52.211	45.531	33.654	6.919	2.856	1.519	2.929	9.240	2.292

Fonte: INGA (Anuário 2004)

Evolução e distribuição regional das superfícies

Uma análise para os principais cereais⁶ entre 1990 e 2006, mostra que, em todas as regiões excepto Alentejo e Ribatejo e Oeste, a redução de superfícies foi superior ou muito superior à

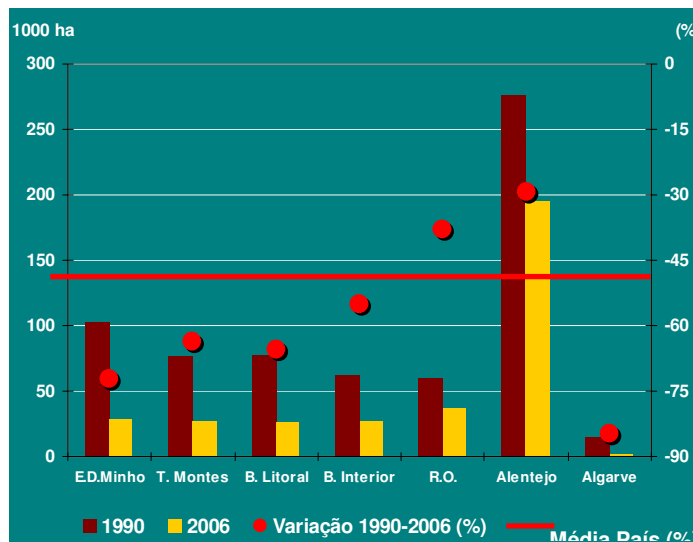
⁵ As áreas totais neste quadro são superiores ao anterior por incluírem oleaginosas e proteaginosas

Culturas arvenses

média nacional - 48% - Algarve (-85%), E.D. e Minho (-72%), Trás-os-Montes (-64%); as Beiras Litoral (-65%) e Interior (-55%) perderam, no seu conjunto, 221 000 ha, concentrando 2/3 da redução de áreas semeadas.

Tal redução, diferenciada por região, dever-se-á preponderantemente ao facto que, para o rendimento associado à produção de cereais, sobretudo no sequeiro, ser determinante a dimensão da propriedade, e é nas regiões do Ribatejo e Alentejo, onde este factor de escala se torna numa vantagem, que se regista a menor quebra.

Gráfico 3 - Variação da área total de cereais por região (1990-2006)



Fonte: INE/INGA

A dimensão da propriedade está, naturalmente, associada à evolução dos vários regimes de ajudas de que o sector foi sendo alvo ao longo deste período de 17 anos. Inicialmente com um regime de apoio baseado em preços de suporte nacionais, superiores aos comunitários antes da adesão, e com protecção na fronteira, o sector foi progressivamente alvo de ajudas compensatórias específicas a crescer ao regime comunitário, que foram determinando o aumento ou diminuição de produções em resposta aos incentivos da época, num contexto de abertura, controlada, do mercado. Foram três reformas da política agrícola comum (1992, 1999, 2003), que conduziram à aproximação dos preços comunitários aos de mercado mundial, com apoio ao rendimento desligado da produção, em que as opções de produção ficam substancialmente dependentes de factores intrínsecos às condições de produção individuais.

A análise do Quadro 3, que apresenta valores para anos antes e depois da Reforma de 2003 por cultura e por região agrária, revela reduções importantes em algumas culturas, aumentos noutras, bem como uma estabilização, em particular nas superfícies de arroz. Globalmente, entre 2002 e 2006, a diminuição da área total foi de 126 000 ha, ou seja, cerca de 25%.

Por regiões, a excepção a esta diminuição constatou-se na Beira Interior. Todas as restantes regiões perderam área, seguindo-se Trás-os-Montes com mais de um terço de diminuição, e as restantes regiões com valores próximos da média global.

⁶ Nesta análise por região não foi considerada a variação das superfícies de triticales

Quadro 3 - Áreas semeadas por região (1000 ha)

Cereal / região	E.D.Minho		T. Montes		B. Litoral		B. Interior		Rib. e Oeste		Alentejo		Algarve		Continente	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Milho	34.6	27.6	8.4	7.0	30.6	22.9	11.4	10.1	33.8	17.7	19.4	7.9	1.2	0.3	139.5	93.5
Trigo Mole	0.1	0.0	10.5	3.9	1.2	0.7	1.8	0.7	4.4	6.0	22.1	83.2	2.2	0.7	42.3	95.2
Trigo Duro		0.0		0.1		0.1		0.1	9.2	0.1	178.5	2.9	0.6	0.0	188.3	3.2
Cevada	0.0	0.0	0.6	0.2	0.1	0.0	0.1	0.1	1.5	6.1	7.5	36.4	1.3	0.5	11.2	43.4
Aveia	0.4	0.5	4.5	7.3	3.1	2.7	4.5	9.4	4.1	7.4	38.1	64.4	2.5	0.9	57.1	92.4
Centeio	1.8	0.6	19.8	9.3	1.7	0.6	9.4	7.4	0.1	0.0	0.6	0.4	0.0	0.0	33.5	18.2
Arroz					6.4	6.6			9.0	9.5	9.6	8.8	0.2	0.1	25.2	25.0
Total	36.9	28.7	43.8	27.8	43.2	33.6	27.2	27.8	62.2	46.7	275.7	204.0	8.2	2.4	497.2	371.0

Fonte: INE/INGA

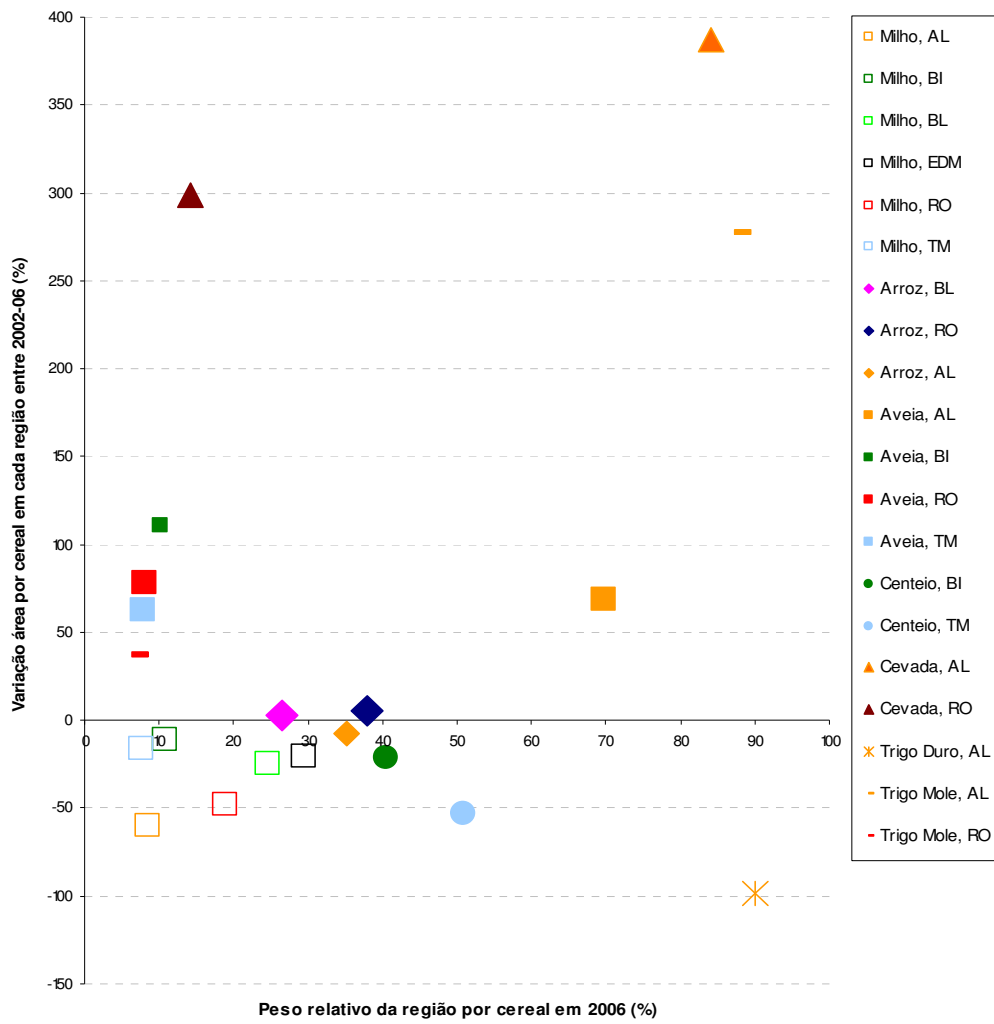
Por culturas, o arroz mantém os mesmos valores de área semeada, e, de entre os seis cereais, trigo mole, cevada e aveia aumentaram, enquanto milho, trigo duro e centeio diminuíram. Em particular, em 2006 dois terços da área de cereais e arroz estava concentrada nas regiões agrárias do Alentejo e do Ribatejo e Oeste (55% e 13%), detendo as Beiras 16%, o E.D. e Minho e Trás-os-Montes 8 % da área, sendo a área de cereal da região do Algarve residual. O arroz mantém-se estável entre 2002 e 2006, com ligeiro acréscimo na Beira Litoral (+199 ha) e Ribatejo (+474 ha), e diminuição no Alentejo (-735 ha), provavelmente pela menor disponibilidade de água para rega em 2006, ainda consequência da seca de 2005.

A aveia teve, globalmente, um comportamento positivo nas áreas semeadas. Aumento acentuado da cevada nas regiões tradicionais, Alentejo e Ribatejo, de 9 000 para 42 500 ha. Aumento importante de trigo mole naquelas mesmas regiões, de 26 000 para 89 000 ha. Estes aumentos reflectem a escolha de solos mais adequados para aumento de qualidade, em resposta a uma procura contratualizada com a indústria, de forma mais integrada, complementado com ajudas agro-ambientais, nomeadamente as relativas aos sistemas arvenses de sequeiro.

Redução muito significativa do trigo duro no Alentejo que concentrava, em 2006, 90% desta área, e redução do milho e centeio, transversal a todas as regiões embora com intensidades diferentes. O gráfico seguinte pretende visualizar, de forma conjunta, estes movimentos.

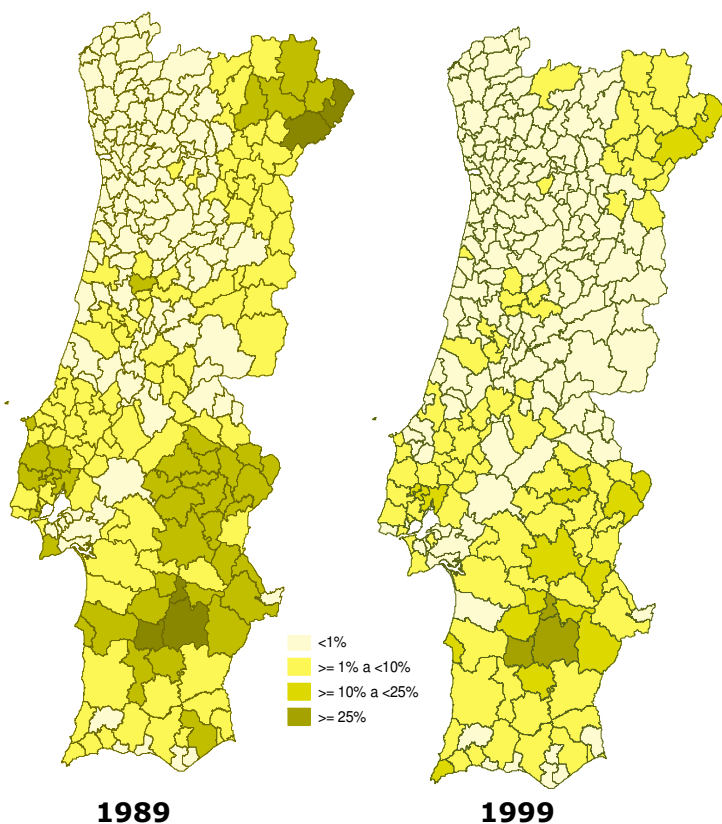
Culturas arvenses

Gráfico 4 - Peso relativo em 2006 de cada cereal por região face ao Continente e variação da área de cada cereal por região entre 2002 e 2006



Fonte: INE/INGA (apenas considerados "pesos relativos" > = 5%)

Mapa 1 - Peso da área de trigo na SAU, por concelho, em 1989 e 1999 (RGA)

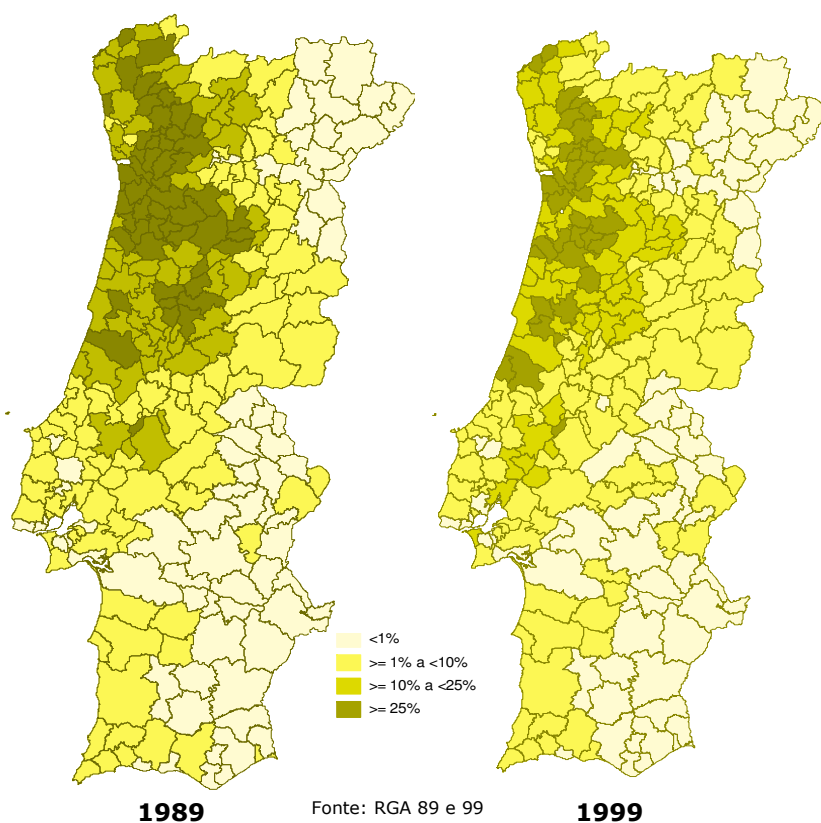


A evolução da distribuição territorial da cultura do trigo mostra que a sua importância diminuiu no final da década passada, embora mantendo uma expressão territorial ainda alargada. É apenas em alguns concelhos do Alentejo e do Nordeste transmontano que a actividade trigo mole tem uma percentagem com significado na SAU regionalizada ao nível de concelho.

Fonte: RGA 89 e 99

Mapa 2 - Peso da área de milho na SAU, por concelho, em 1989 e 1999 (RGA)

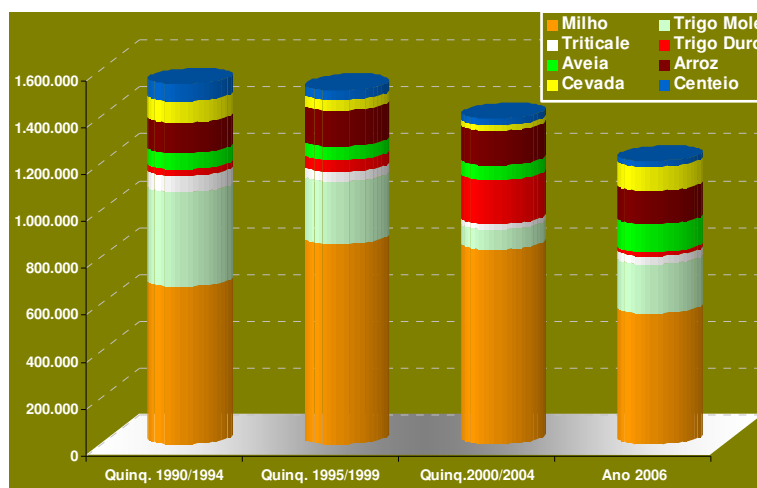
Sobre a representatividade do milho, a sua evolução e distribuição territorial ganha homogeneidade, visível em toda a faixa litoral do Centro e Norte do país, consequência da relação deste cereal com a actividade pecuária. Nota-se igualmente, a perda de peso desta cultura no conjunto da SAU por concelho.



Fonte: RGA 89 e 99

Na média do quinquénio 1990/1994 a produção total de cereais e arroz cifrava-se em cerca de 1,5 milhões de toneladas. Este valor manteve-se estável no quinquénio seguinte devido sobretudo ao crescimento das produções de regadio (milho e arroz), mercê dos aumentos de produtividade referidos, apoiadas pelo incentivo adicional à produção que constituiu a ajuda co-financiada aos cereais.

Gráfico 6 - Produção de cereais e arroz em Portugal continental (toneladas)



Fonte: INE (2006 estimativa GPPAA)

No quinquénio seguinte, 2000/2004, com a reforma decorrente da Agenda 2000, que reforça o modelo de baixa de preços complementado com ajudas compensatórias, regista-se a diminuição de produção de todos os cereais, excepto do trigo duro, devido ao aumento, nesta altura, da ajuda específica suplementar.

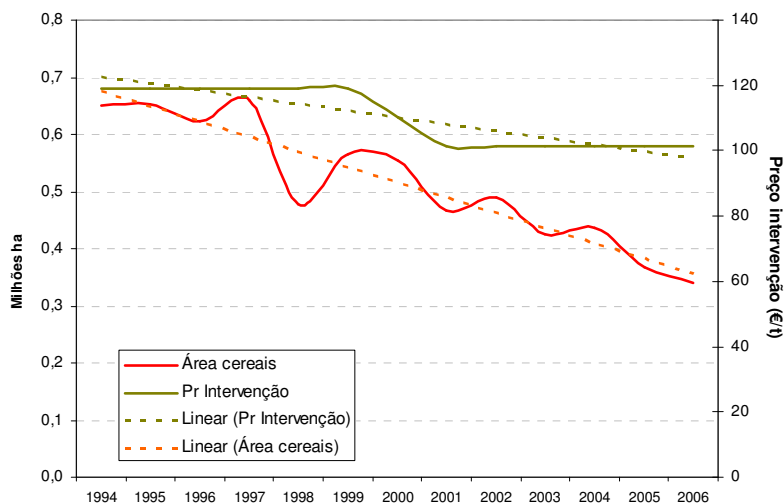
Finalmente, em 2006, no cenário pós reforma 2003 e com o desligamento total das ajudas, assiste-se a uma alteração do quadro anterior, com inversão da importância da produção dos dois tipos de trigo. O trigo mole subiu de 5% do total da produção de cereais no quinquénio 2000/2004, para 23% em 2006, com produtividade mais elevada face aos anteriores registos. Verifica-se igualmente o aumento da produção de cevada, seguindo o já referido incremento na superfície, associada também a significativo aumento da produtividade. No caso da cultura do milho, regista-se diminuição das produções, em virtude da redução de área semeada.

Uma análise da distribuição regionalizada, no triénio 2002/2004, dos diferentes cereais permite concluir que o Alentejo concentrava 39% da produção de cereais e arroz, seguido pela região do Ribatejo e Oeste, com 28%.

De entre a produção de cereais para grão, destaca-se naturalmente o milho, com 790 000 t, (58% da produção de cereais em grão), repartindo-se entre 37% no Ribatejo e Oeste e 19% em cada uma das seguintes regiões: E.D. e Minho, B. Litoral e Alentejo. A produção dos dois tipos de trigo é fortemente regionalizada; o Alentejo concentra 86% da oferta nacional deste cereal.

No que se refere ao arroz, a produção de 156 000 toneladas reparte-se por 3 regiões, Alentejo (41%), Ribatejo e Oeste (35%) e Beira Litoral (23%).

Gráfico 7 – Comparação das variações de área semeada de cereais e preço de intervenção



Da análise estatística da evolução das curvas do preço de intervenção e das áreas semeadas em Portugal, constante do gráfico 7, verifica-se uma correlação positiva de 84% e um coeficiente de determinação de 70%, o que significa que a variabilidade das áreas (descida) pode ser explicada, naquela percentagem, pela variabilidade (descida) do preço de intervenção. O valor deste último coeficiente mostra que existe uma relação importante entre a resposta do mercado (agricultores) aos instrumentos da OCM, aqui medidos pelo preço de intervenção, mas mostra também que, mesmo após as reformas de 1992 e 2000, que introduziram preços mais baixos seguidos dum estabilização, a área continuou progressivamente a descer. Sem prejuízo de outros factores, nomeadamente liberalização do comércio, tal ficará também a dever-se ao carácter progressivamente desligado de que se revestiram os apoios ao rendimento, culminando com o desligamento total com a Reforma de 2003.

1.2.3. Explorações

O quadro seguinte pretende mostrar, com base em regiões agrárias, como evoluiu entre 1989 e 2005 o número e área das explorações onde se produz cereais e arroz.

Quadro 4 - Explorações por cultura e região agrícola e SAU total (Variação 1989-2005)

Cereal	Entre Douro e Minho						Trás-Os-Montes						Beira Litoral						Beira Interior							
	Explorações em 2005			Área			Explorações em 2005			Área			Explorações em 2005			Área			Explorações em 2005			Área				
	% no C.	Nº	var face a 1989	2005 (ha)	var face a 1989	% no C.	Nº	var face a 1989	2005 (ha)	var face a 1989	% no C.	Nº	var face a 1989	2005 (ha)	var face a 1989	% no C.	Nº	var face a 1989	2005 (ha)	var face a 1989	% no C.	Nº	var face a 1989	2005 (ha)	var face a 1989	
Arroz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	64	981	-73	6558	-22	0	0	-100	0	0	0	0	0	-100	0	-100
Aveia	4	496	-91	184	-86	25	2869	-26	3683	11	33	3883	-78	2097	-68	7	809	-87	3670	-72	7	809	-87	3670	-72	
Centelo	26	5237	-82	943	-88	51	10217	-68	16922	-69	10	2115	-86	993	-82	13	2571	-87	6123	-85	13	2571	-87	6123	-85	
Cevada	4	127	-63	26	-50	19	616	-84	343	-85	5	156	-86	89	-68	3	89	-96	124	-91	3	89	-96	124	-91	
Milho	37	37972	-60	31666	-59	12	12433	-46	6597	-42	39	40106	-62	29282	-50	7	7603	-76	5668	-67	7	7603	-76	5668	-67	
Trigo Duro	0	0	-100	0	-100	0	0	0	0	0	30	405	-48	195	-25	0	0	-100	0	0	0	0	0	-100	0	-100
Trigo Mole	2	242	-83	80	-86	40	4628	-71	6686	-83	16	1881	-75	967	-63	3	388	-93	1044	-88	3	388	-93	1044	-88	
Triticale	0	0	-100	0	-100	4	49	-73	46	-72	6	78	100	39	77	5	68	258	641	236	5	68	258	641	236	
Total Cereais	31	38153	-60	32911	-62	17	20306	-57	34281	-69	34	41396	-61	40316	-51	8	9276	-77	17511	-79	8	9276	-77	17511	-79	
SAU total	18	52642	-53	232260	-20	21	61584	-23	649112	33	20	58538	-53	151949	-34	12	35720	-41	630104	45	12	35720	-41	630104	45	

Cereal	Ribatejo e Oeste						Alentejo						Algarve						Continente						
	Explorações em 2005			Área			Explorações em 2005			Área			Explorações em 2005			Área			Explorações em 2005			Área			
	% no C.	Nº	var face a 1989	2005 (ha)	var face a 1989	% no C.	Nº	var face a 1989	2005 (ha)	var face a 1989	% no C.	Nº	var face a 1989	2005 (ha)	var face a 1989	% no C.	Nº	var face a 1989	2005 (ha)	var face a 1989	% no C.	Nº	var face a 1989	2005 (ha)	var face a 1989
Arroz	12	190	-73	8064	-47	24	370	-67	6548	-57	0	3	-63	178	-30	100	1543	-72	21347	-38	100	1543	-72	21347	-38
Aveia	8	909	-86	3347	-95	21	2455	-59	51220	-29	2	221	-95	517	-94	100	11643	-77	64729	-44	100	11643	-77	64729	-44
Centelo	0	10	-98	5	-100	0	13	-97	138	-93	0	41	-96	15	-96	100	20204	-80	25140	-77	100	20204	-80	25140	-77
Cevada	17	552	-86	3908	-93	47	1519	-65	26763	-50	6	190	-95	573	-85	100	3248	-83	31826	-54	100	3248	-83	31826	-54
Milho	4	3957	-80	18961	41	1	681	-82	7256	-46	1	527	-89	394	-84	100	103278	-64	99825	-53	100	103278	-64	99825	-53
Trigo Duro	31	418	-83	1116	-93	36	487	-46	7834	-53	4	49	-78	260	-16	100	1359	-73	9405	-62	100	1359	-73	9405	-62
Trigo Mole	8	938	-91	6512	-97	29	3369	-66	94396	-56	2	231	-94	964	-88	100	11676	-78	110649	104	100	11676	-78	110649	104
Triticale	6	76	90	245	-99	76	961	-45	17413	-52	3	35	1067	214	1159	100	1266	-38	18598	-50	100	1266	-38	18598	-50
Total Cereais	5	5804	-83	42379	-90	5	6571	-64	213260	-50	1	987	-89	3254	-86	100	122492	-65	383912	-57	100	122492	-65	383912	-57
SAU total	15	43497	-56	573228	-69	10	29106	-36	1792285	-3	5	14699	-43	106225	-22	100	295784	-46	3552347	-8	100	295784	-46	3552347	-8

Fonte: RGA89 e IE2005

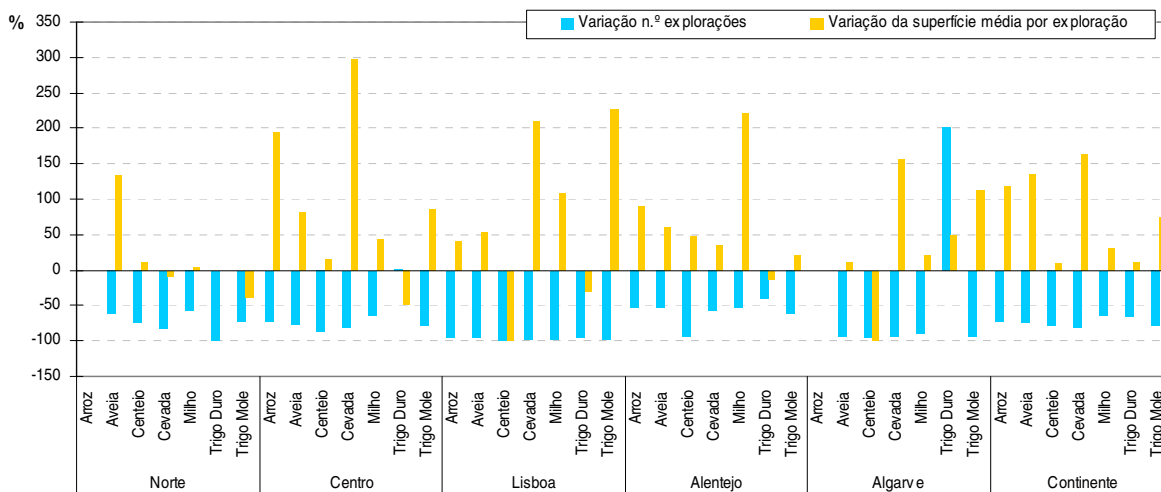
Culturas arvenses

Em 295 784 explorações que existiam em 2005 no país, cultivam-se cereais e ou arroz em 122 492 (41% do total), estando o milho presente em 103 278 (35% do total). O arroz é cultivado em 1543 explorações (0,5% do total).

Acompanhando a tendência geral registada no país, o número de explorações nas quais existem cereais e/ou arroz diminuiu significativamente entre 1989 e 2005. Face a uma média nacional de quebra de 46% no número de explorações, as explorações cerealíferas diminuíram em 65% e as de arroz 72%. Em termos absolutos, entre 1989 e 2005, a quebra mais significativa em número de explorações deu-se na cultura do milho, muito embora tenha sido na cevada que se registou a maior quebra relativa (-83%).

Por regiões NUT II, e se exceptuarmos Lisboa (-97%⁷), é no Norte e Algarve que a intensidade dessa redução é maior. A agregação NUT II esconderá, no entanto, diferenças micro-regionais mais profundas, sobretudo no Norte. A concentração de explorações, a conversão em pastagens, a afectação em superfície florestal ou o simples abandono são algumas das principais razões que explicam a acentuada descida no número de explorações com cereais e/ou arroz (-65%) e área (-56%).

Gráfico 8 - Variação do número de explorações e superfície média por cereal e região entre 1990 e 2005



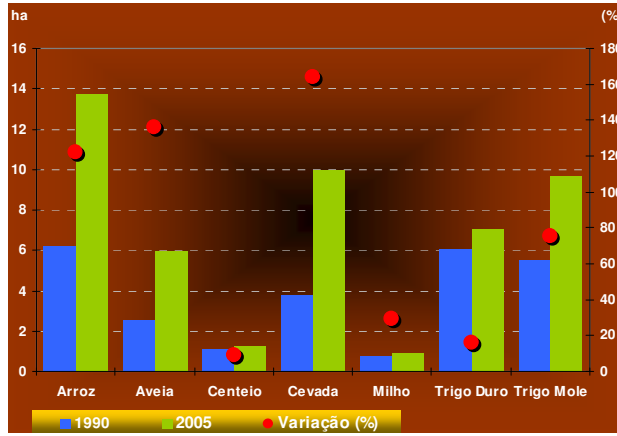
Fonte: Eurostat

Os dois gráficos seguintes mostram que o ajustamento ocorrido no número de explorações com arroz (- 72%) tem uma correspondência em sentido contrário no aumento da área média por exploração, que passou de 6 para 14 ha, acima da dimensão média de uma exploração em Portugal que era, em 2005, de 11.4 ha.

No que concerne à superfície ocupada por cereal e por exploração, regista-se um aumento generalizado para todos os cereais destacando-se mais uma vez a cevada, cuja superfície por exploração se multiplicou por 2.7 vezes entre 1990 e 2005. Esta variação ficou também a dever-se ao acréscimo da superfície cultivada após a reforma de 2003, como já anteriormente referido.

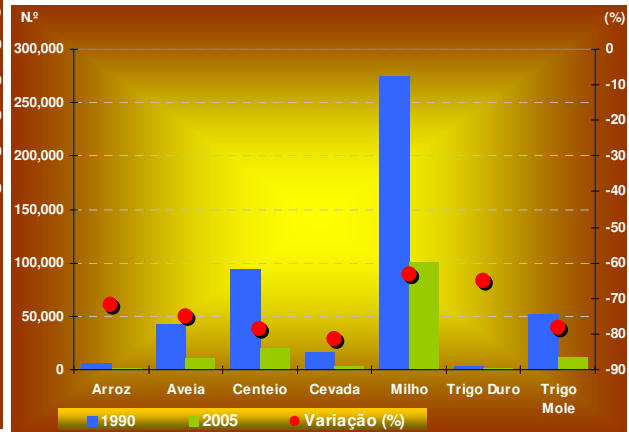
⁷ Este valor anormalmente elevado deve-se a alterações na configuração geográfica das regiões NUT II, nomeadamente, na passagem de "Lisboa e Vale do Tejo" a "Lisboa".

Gráfico 9- Portugal: superfície média ocupada por cultura e por exploração e variação 1990-2005



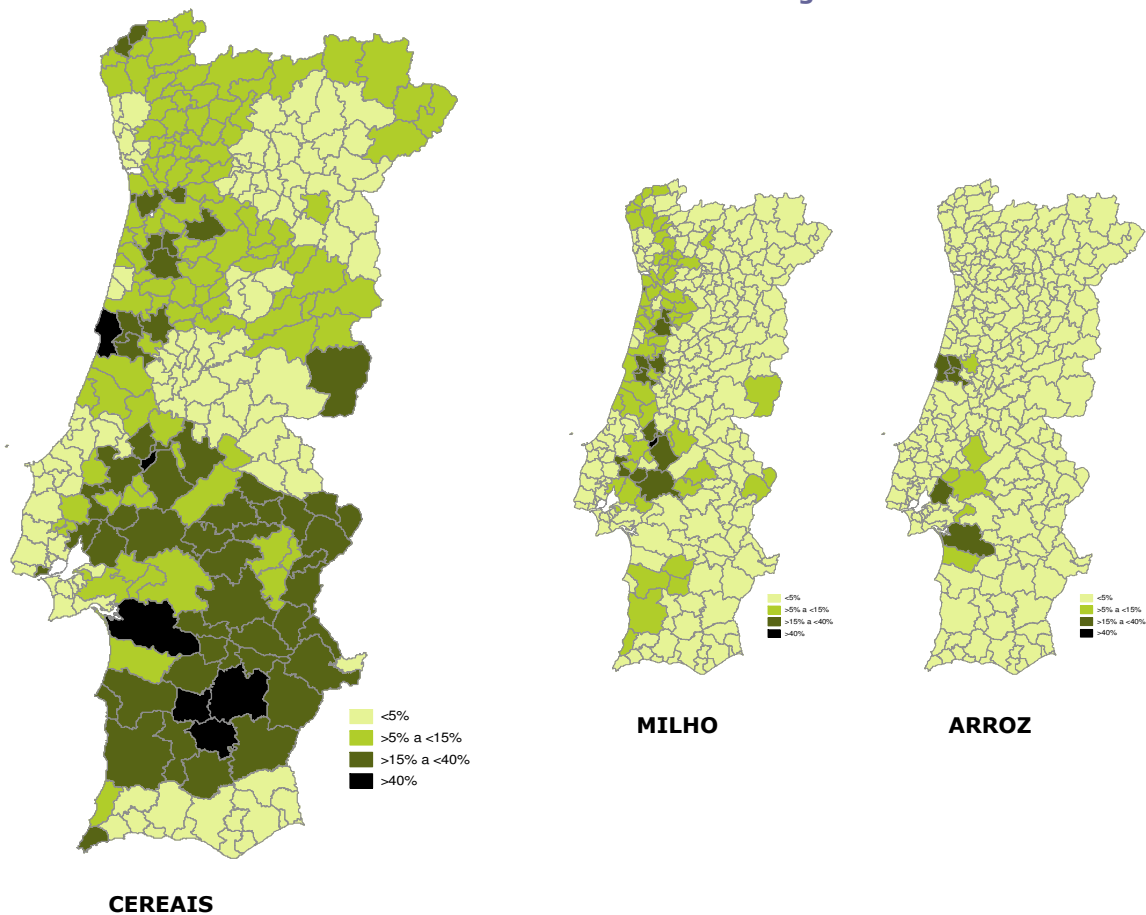
Fonte: Eurostat

Gráfico 10- Portugal: número de explorações por cultura e variação entre 1990 e 2005



1.2.4. Rendimento da actividade e custos de produção

Mapa 4 - Peso da MBS de cereais, milho e arroz no total da MBS das explorações agrícolas



Fonte: MADRP/GPPAA

Uma abordagem relativa ao rendimento destes sectores numa perspectiva territorial mostra o peso económico das actividades, expresso na Margem Bruta Standard (MBS) da actividade no total da MBS das explorações do concelho. O Mapa 4 revela uma larga expressão da produção de cereais e arroz no seu conjunto, traduzida em peso económico, que se acentua a Sul, nas regiões do Ribatejo e Oeste e Alentejo.

No entanto, se analisarmos a distribuição da MBS do milho, constatamos que o seu maior peso está concentrado no litoral norte e centro e no Ribatejo (Médio Tejo), mais uma vez denotando a relação com as zonas de produção pecuária intensiva. Já no caso do arroz, fruto da produção muito localizada, como vimos atrás, a MBS gerada por esta cultura tem um peso relevante nos concelhos onde está implantada.

Explorações com especialização Arvenses

A análise do rendimento da actividade das explorações especializadas em arvenses e especializadas exclusivamente em arroz é feita com recurso aos dados disponíveis que correspondem a uma "exploração média". Esta tipificação resulta da média das observações efectuadas no contexto de amostra Rede de Informação da Contabilidade Agrícola (RICA), para o período 2001-2004. Uma exploração especializada, isto é, com determinada orientação produtiva dominante (arvenses ou arroz) significa que 2/3 da margem bruta standard (MBS) da mesma provém dessa actividade. Apesar da implementação da reforma da PAC de 2003, estes

dados hoje poderão continuar a fornecer uma indicação da repartição da estrutura de custos e de proveitos.

A "exploração média", no caso da especialização arvenses, regista uma margem bruta proveniente em 49% do milho, 15% da cultura do trigo, 4% de outros cereais, 2% da cultura do arroz, repartindo-se os outros componentes conforme o gráfico acima seguinte.

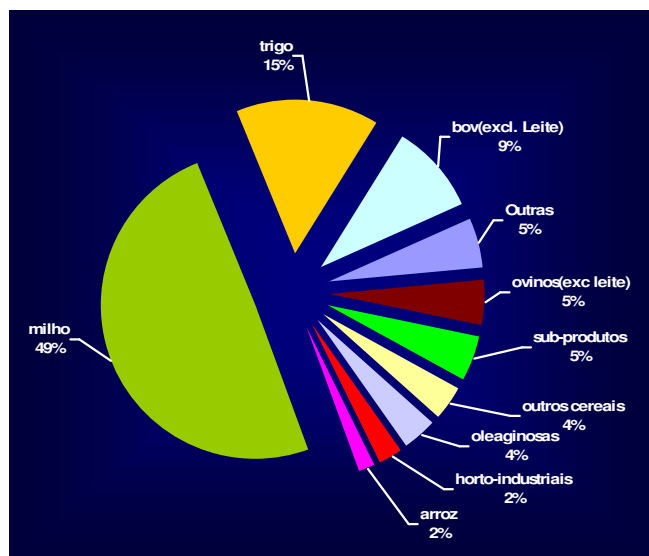
Em termos médios, releva a preponderância da cultura milho, quer pela maior produtividade física face aos outros cereais, quer pela remuneração do mercado, igualmente superior à dos outros cereais. Observa-se, em contraste com a especialização "arroz", a elevada dispersão de actividades que assumem complementaridade em relação ao milho ou mesmo ao trigo dentro da especialização arvenses.

A importância das actividades animais (bovinos e ovinos) aparece assim, como seria expectável, intrinsecamente ligada à actividade cerealífera. É oportuno referir que a valorização a preços de mercado das palhas e restolhos⁸, subprodutos da actividade cerealífera e matéria prima indispensável na actividade pecuária e, de um modo geral, no maneio dos animais, atinge em média cerca de 30% do valor da venda do grão.

⁸ No esquema alimentar da pecuária extensiva desempenha um papel complementar importante como "invernadouro" e "agostadouro", isto é, complemento ao ciclo de produção da pastagem permanente de sequeiro mediterrâneo.

Culturas arvenses

Gráfico 11 – Estrutura do rendimento das explorações com especialização arvenses (Margem bruta Standard)



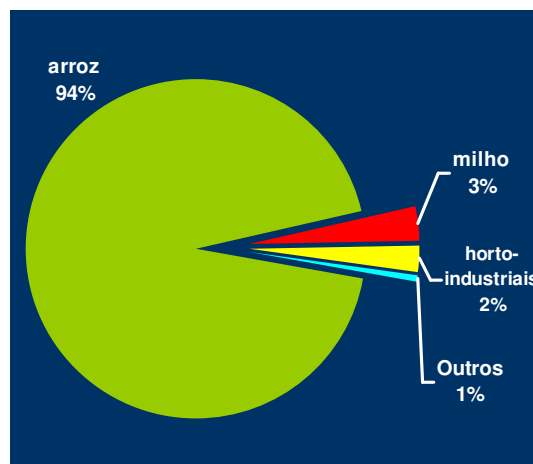
Fonte: MADRP/GPPAA

Explorações com especialização Arroz

Gráfico 12 – Estrutura do rendimento das explorações com especialização arroz (Margem bruta Standard)

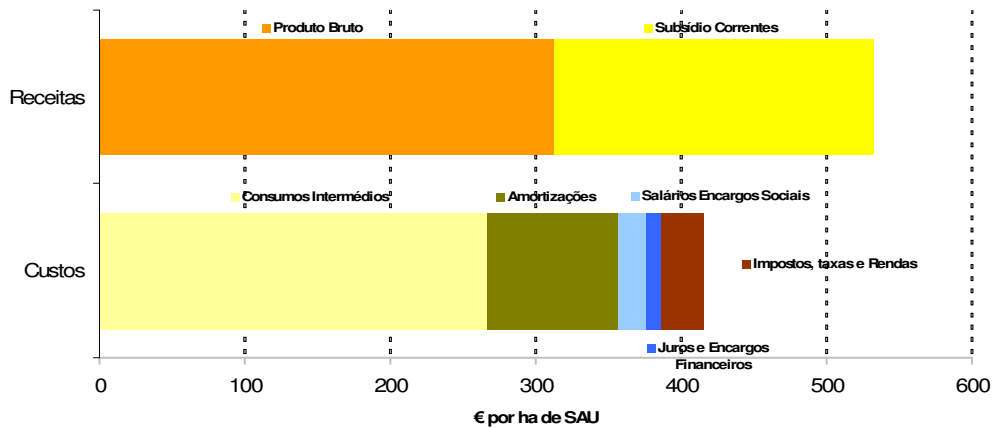
O caso da especialização arroz, e uma vez mais em termos de "exploração média ", demonstra uma especialização incomparavelmente superior à das culturas arvenses em geral.

De facto, a exploração média especializada em arroz obtém 94% do rendimento a partir desta cultura. O milho ou as horto-industriais, seguramente regadas, asseguram o restante rendimento, mas numa proporção não mais que marginal ou acessória.



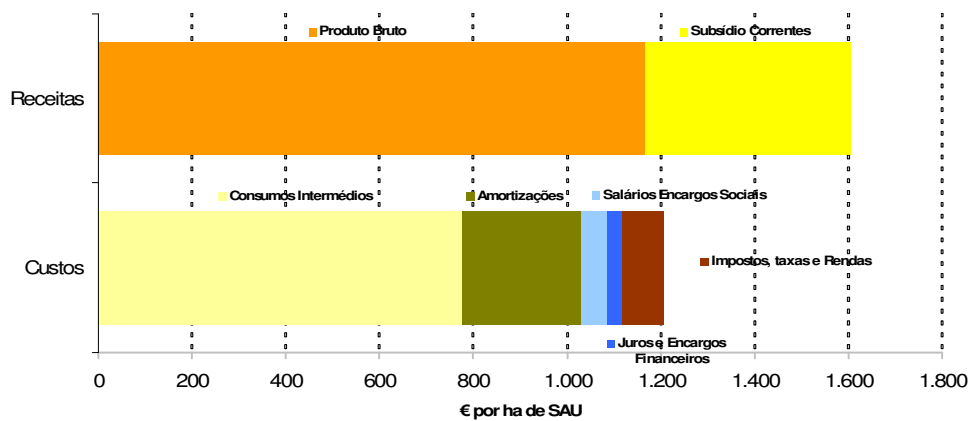
MADRP/GPPAA

Gráfico 13 – Rendimento de explorações especializadas em arvenses



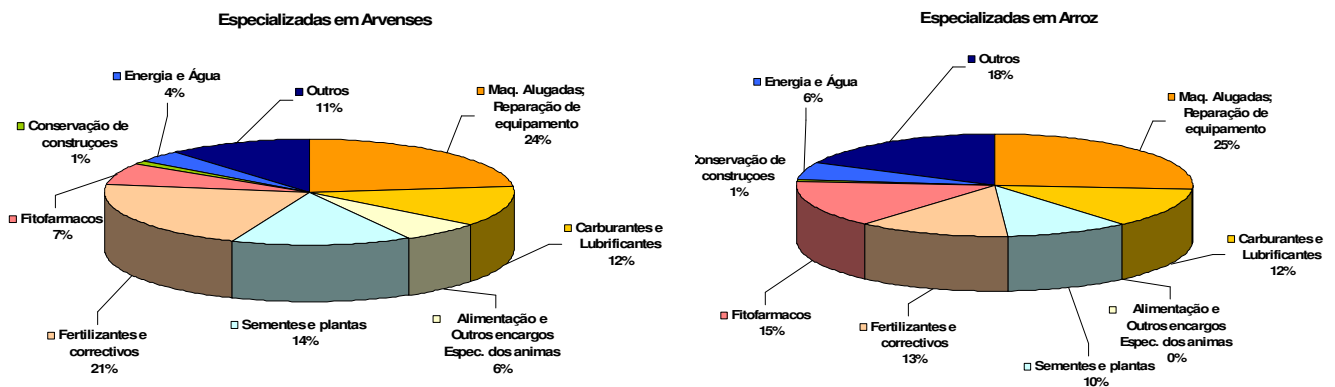
Fonte: Amostra RICA 2001-2004

Gráfico 14 – Rendimento de explorações especializadas em arroz



Fonte: Amostra RICA 2001-2004

Gráfico 15 - Estrutura dos custos intermédios das explorações especializadas em arvenses e em arroz



Fonte: Amostra RICA 2001-2004

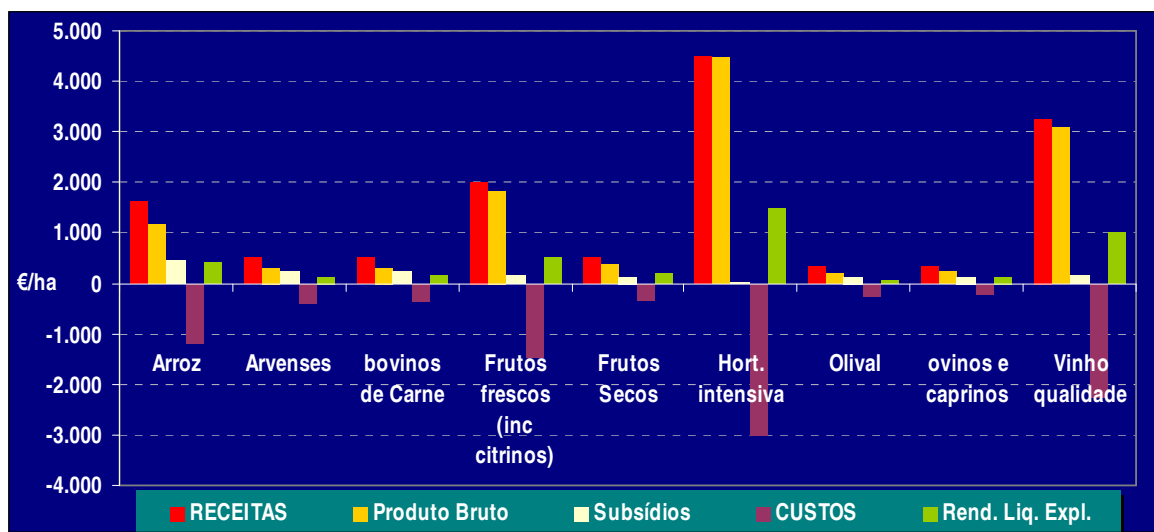
Os custos identificados no gráfico acima podem ser repartidos em custos intermédios, amortizações, salários e encargos sociais, juros e encargos financeiros e impostos.

Culturas arvenses

Os custos intermédios (gráfico 14) que representam 64% do total de custos, tanto na especialização arvenses, como na especialização arroz, repartem-se também de forma semelhante, exceptuando-se os custos inerentes às actividades animais. A especialização em arroz tem custos mais elevados em fitofármacos, energia e água, que decorrem da maior exigência hídrica. A parcela de fertilizantes e correctivos é, em termos relativos, mais elevada nas arvenses. Todavia, atendendo ao gráfico 13 do rendimento e custos totais por hectare, verifica-se que um hectare de especialização arroz tem custos associados de €1 206 contra €415 do hectare médio de especialização arvenses.

De entre as especializações consideradas no gráfico seguinte as quais excluem as actividades realizadas em regime intensivo (sem terra-pecuária e algumas formas de hortofruticultura), a especialização arvenses apresenta um Rendimento Líquido da Exploração (RLE) de 117 €/ha e a especialização arroz de 399 €/ha. Mostra-se igualmente a estrutura dos rendimentos, custos e RLE de explorações com outras especializações.

Gráfico 16 – Rendimento de explorações com diferentes especializações



Fonte: Amostra RICA 2001-2004. (RECEITAS = Produto Bruto + Subsídios)

Em complementaridade com o exercício anterior, em que vimos a repartição das culturas ou actividades numa "exploração média" especializada em culturas arvenses, procura-se, agora, situar a importância e repartição regional da cultura dos cereais de praga (sem milho) segundo a Orientação Técnico Económica (OTE).

Quadro 5 - Distribuição (em %) da MBS das actividades cereais e milho, por região e agrupamento de orientação técnico económica das explorações

Cereais (sem milho)	OTE	Agricultura geral	Vit. e Hort	Culturas Perman.	Bovinos de Leite	Outros Herbív.	Grãos	Mistas Cult/Pec	TOTAL
	EDM		0,2	-	-	-	0,1	-	-
TM		0,8	-	1,4	0,6	1,4	-	0,6	4,9
BL		7,1	-	-	0,3	0,2	-	0,2	7,9
BI		0,6	0,1	0,3	0,2	1,3	-	0,4	2,9
RO		14,2	0,5	0,8	0,1	0,4	0,3	1,2	17,7
ALT		43,4	0,5	1,7	0,3	4,2	0,9	14,1	65,1
ALG		0,5	-	0,2	-	0,1	-	0,2	1,1
CONTINENTE		66,8	1,1	4,5	1,5	7,8	1,4	16,9	100,0

Milho	OTE	Agricultura geral	Vit. e Hort	Culturas Perman.	Bovinos de Leite	Outros Herbív.	Grãos	Mistas Cult/Pec	TOTAL
	EDM		13,5	1,0	2,2	1,7	2,0	0,1	2,2
TM		0,2	-	0,2	0,1	0,5	-	0,1	1,2
BL		7,5	0,2	0,5	1,7	1,2	0,8	1,4	13,3
BI		2,6	-	0,4	0,1	1,1	-	0,8	5,1
RO		39,2	0,6	1,5	0,6	0,4	1,0	1,5	44,8
ALT		9,7	0,1	0,2	0,1	0,4	0,3	1,6	12,4
ALG		0,4	-	0,1	-	-	-	0,1	0,7
CONTINENTE		73,0	1,9	5,1	4,4	5,6	2,2	7,8	100,0

A margem bruta da actividade cereais sem milho é gerada maioritariamente no Alentejo e em explorações cuja OTE dominante é a agricultura geral (67%), que inclui especializações produtivas tais como arvenses, arroz, horticultura extensiva e outras (*vide* anexo VI). No entanto, as OTE "Mistas Culturas/Pecuária" e "Outros Herbívoros" contribuem para a formação deste indicador com uma percentagem de respectivamente 16.9 e 7.8%, denotando a complementaridade entre as actividades cereais e pecuária.

Quando analisamos a MBS da actividade milho, é também notória a preponderância da OTE Agricultura geral, que, como vimos, inclui a especialização arvenses. O Ribatejo e Oeste é a zona de maior implantação do milho, seguindo-se as regiões Entre Douro e Minho, Alentejo e Beira Litoral.

Culturas arvenses

1.3. Transformação

Nestes sector de actividade, e como pode ser observado no Quadro 6, o tecido empresarial é caracterizado pela predominância das pequenas e médias empresas.

Quadro 6 - Dados Estatísticos do Sector Agro-Alimentar

Actividade Económica CAE Rev2.1		nº empresas				Valor das vendas por destinos (%)				VAB		Índice de Balassa ⁽¹⁾
Cód.	Actividade	grandes	médias	pequenas	TOTAL	Mercado Nacional	UE	Países terceiros	TOTAL	10 ³ EUR	% (em relação à div.15)	
		nº empresas	nº empresas	nº empresas	nº empresas							
15	Indústrias Alimentares e das bebidas	54	329	5.154	5.537	87,3	9,9	2,8	100,0	2.446.438	-	-0,34
151	Produtos cárneos	8	25	324	357	96,4	1,4	2,2	100,0	274.337	11,2	-0,73
152	Pesca e da aquacultura					80,0	16,3	3,6	100,0	113.835	4,7	-0,53
153	Frutos e de produtos hortícolas	3	15	129	147	64,6	28,9	6,5	100,0	136.073	5,6	-0,01
154	Óleos e gorduras	4	4	324	332	93,3	5,7	1,0	100,0	69.957	2,9	-0,27
155	Lactínios					93,1	6,8	0,2	100,0	269.882	11,0	-0,39
156	Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, féculas e produtos afins	0	14	84	98	97,0	2,8	0,2	100,0	74.757	3,1	-0,76
1561	Transformação de cereais e leguminosas	0	13	83	96	97,3	2,6	0,1	100,0	-	-	-0,74
15611	Moagem de cereais	0	6	61	67	98,7	1,1	0,2	100,0	-	-	
15612	Descasque, branqueamento de arroz	0	6	11	17	94,1	5,8	0,1	100,0	-	-	
15613	Transformação de cereais e leguminosas	0	1	11	12	99,4	0,5	0,1	100,0	-	-	
15620	Fabricação de amidos, féculas e afins	0	1	1	2	93,3	5,8	0,9	100,0	-	-	-0,84
157	Fabricação de alimentos comp. para animais	5	26	85	116	99,4	0,6	0,1	100,0	140.899	5,8	-0,93
1571	para animais de criação	4	26	80	110	99,7	0,3	0,1	100,0	-	-	-0,88
1572	para animais de estimação	1	0	5	6	52,2	47,8	0,0	100,0	-	-	-0,99
158	Fabricação de outros produtos alimentares	13	85	83	96	86,6	11,4	2,0	100,0	878.315	35,9	-0,45
15850	Fabricação de massas alimentícias, cuscus e similares	1	1	5	7	97,2	2,8	0,0	100,0	-	-	-0,59
159	Indústria das bebidas	11	52	424	487	76,1	17,1	6,8	100,0	488.381	20,0	0,35
15960	Fabricação de cerveja	3	1	2	6	91,3	2,4	6,3	100,0	-	-	0,52
1597	Fabricação de malte	0	1	0	1	-	-	-0,82

Fonte:INE

(1) Índice de Balassa ⁹

Face ao conjunto das Industrias alimentares e das bebidas, a transformação de cereais e leguminosas, fabricação de amidos e féculas e produtos afins, representa 3.1% com um VAB de 140,9 milhões de euros. A fabricação de alimentos compostos para animais assume um peso um pouco maior com 5.8 %, correspondendo a um VAB de 878 milhões de euros.

No que toca ao destino dos produtos fabricados, constata-se que o mercado nacional é o destino principal, podendo mesmo, face aos valores apresentados considerar-se quase como residual a exportação de produtos transformados destes sectores. Tal fica a dever-se ao facto de se tratar de industrias abastecidas na quase totalidade, por matérias primas importadas. O *Índice de Balassa*, estabelecido para as trocas comerciais das industrias referentes às CAE a jusante dos sectores dos cereais, revela o grande desequilíbrio da balança comercial, com enorme preponderância das importações, nomeadamente na industria dos alimentos compostos para animais (-0.93).

⁹ (EXP-IMP)/(EXP+IMP)

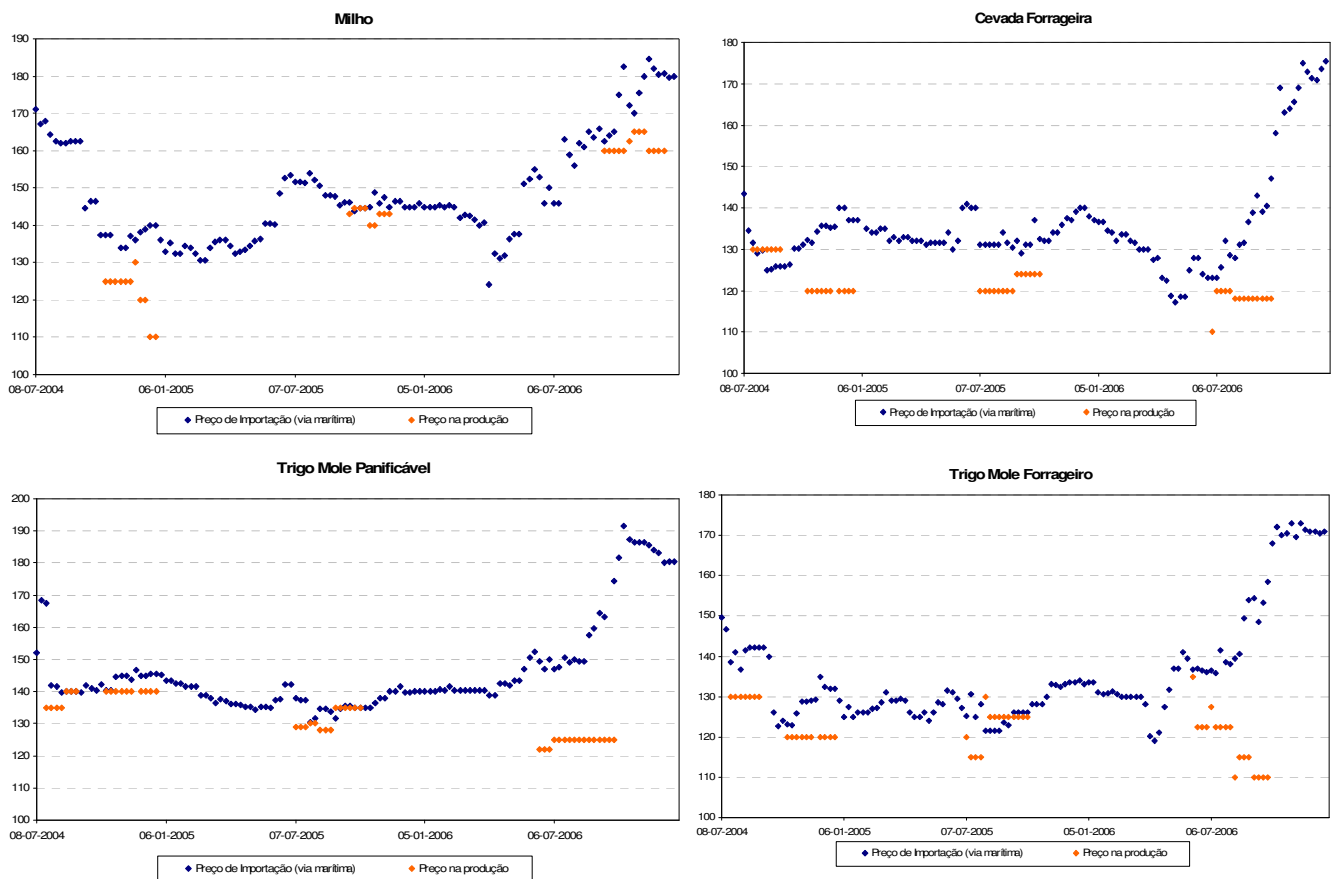
1.4. Comercialização

A comercialização dos cereais é dominada por produtos importados. A produção nacional de cereais de sequeiro ocorre, normalmente, nos primeiros dois ou três meses após as colheitas, o que significa que a grande maioria da produção nacional é escoada até ao fim de Agosto. Para o milho, cultura de Primavera-Verão e com maiores produções, o período de comercialização inicia-se em finais de Setembro e termina no final de cada ano.

O preço interno (produção nacional) situa-se por regra abaixo do preço de mercado do cereal importado, quer seja comunitário e/ou mundial. Os preços de mercado, por sua vez, reflectem os custos de transporte associados à situação periférica de Portugal.

Como o contributo da produção nacional de cereais para o abastecimento é reduzido, cerca de 1 milhão t/ano para um nível de consumo global de aproximadamente 4 milhões, a formação dos preços é determinada pelos preços de importação, sejam eles comunitários ou de países terceiros. Durante o período de comercialização dos cereais nacionais, entre Junho e Dezembro de cada ano, estes constituem uma oferta de valor mais competitivo do que a existente nos mercados externos, embora os preços dos cereais importados, na origem, sejam inferiores aos da produção nacional.

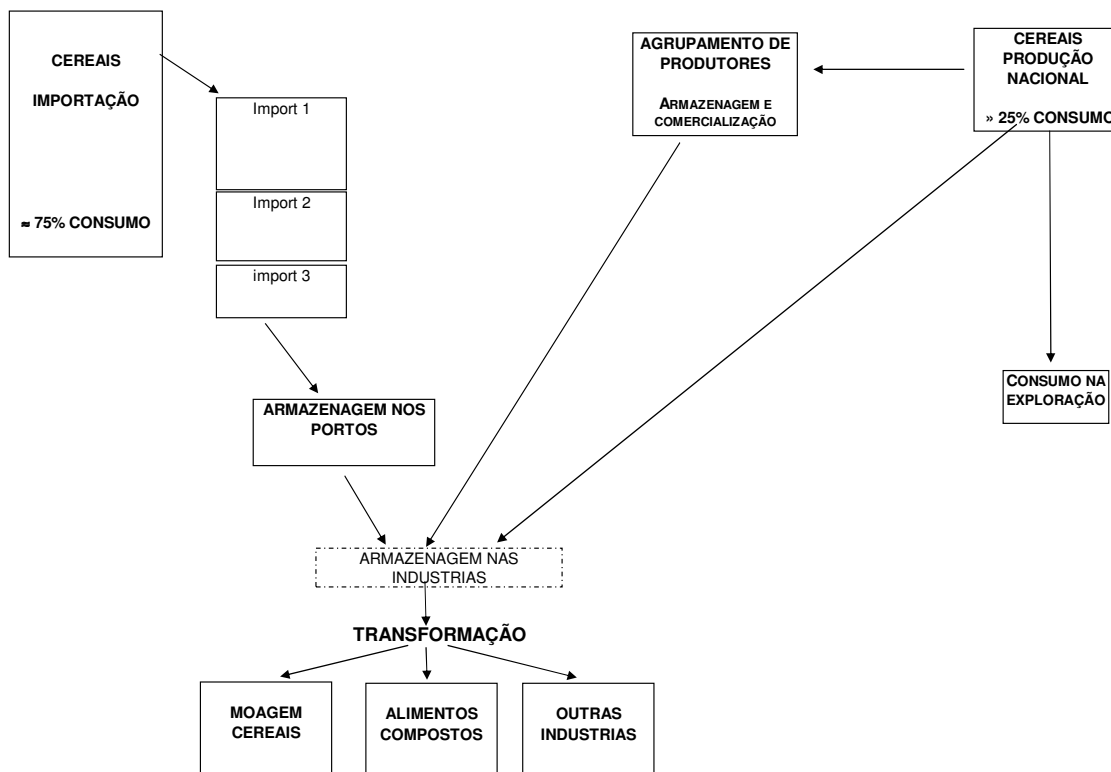
Gráfico 17 – Preços semanais de importação e de produção em Portugal por campanha (€/t)



Fonte: GPPAA/SIMA

A análise dos gráficos referentes aos preços dos principais cereais, para as últimas três campanhas permite constatar por um lado, a existência do diferencial referido entre o nível dos preços do cereal nacional e do cereal importado e por outro a tendência de subida registada na presente campanha, a qual se ficou a dever às condições do mercado internacional.

Mapa 5 - Fluxograma da comercialização dos cereais



Não existe um conhecimento rigoroso da capacidade total de armazenagem. No quadro seguinte apresenta-se a capacidade e localização das principais instalações existentes, que comportam o armazenamento em simultâneo de 787 500 toneladas.

Quadro 7 – Distribuição da capacidade de armazenagem instalada (toneladas)

LOCAL		CAPACIDADE
Portos e outros	Lisboa (Trafaria)	200.000
	Lisboa (Beato)	100.000
	Leixões	112.000
	Vale Figueira	27.000
	Lisboa	108.000
	Aveiro	4.500
	Matosinhos	4.000
	Salvterra	20.000
	Aveiro	2.000
Indústria		210.000
TOTAL		787.500

Fonte: ACICO, IACA, ANIM

1.5. Organização da fileira

No sector dos cereais existem várias associações de produtores de matéria prima, de importadores e da indústria, que actuam de forma preferencialmente individualizada, pelo que as formas de cooperação entre os vários segmentos estão pouco desenvolvidas.

A organização do sector produtivo, ao longo das últimas décadas, concentrou-se na criação de cooperativas agrícolas, de um modo geral não especializadas. Entre 1995 e 1999 estas estruturas beneficiaram de apoios comunitários ao seu funcionamento, o que levou ao seu

incremento. Contudo, finalizados os apoios algumas desapareceram e as que se mantém, além da comercialização, desenvolvem outros tipos de apoio, nomeadamente a prestação de serviços técnicos.

Na sequência da Reforma de 2003 foi estabelecida uma ajuda¹⁰ aos produtores de culturas arvenses com vista à melhoria das condições de comercialização, tendo-se privilegiado a utilização da figura dos Agrupamentos de Produtores para promover a concentração da oferta. Para tal, foi previsto quer a constituição de novos Agrupamentos de Produtores quer a reactivação dos já existentes. A adesão a esta medida foi bastante positiva, tendo surgido, em 2005 e 2006, 22 candidaturas para a sua constituição ou renovação, 13 de culturas arvenses, 4 de arroz, e 5 mistas, de arvenses e arroz.

Com base nos dados de 2005, a produção de cereais e de arroz comercializada pelos agrupamentos constituídos foi, respectivamente, de 252 013 t de cereais e de 35 860 t de arroz representando 30% da produção total de arroz e 38% da superfície cultivada com cereais, e representando, no rendimento dos produtores, um montante correspondente a cerca de 2% do valor da produção de arroz e a 5% da dos cereais (ver quadro seguinte).

Quadro 8 - Agrupamentos de Produtores – Ajuda complementar

Ano de 2005	Preço médio mercado	Ajuda complementar €/ton	
Arroz	200 €/t	4,18	2%
Cereal	140 €/t	7,48	5%

Fonte: GPPAA

1.6. Mercado

1.6.1. Consumo

A análise dos balanços de aprovisionamento para os principais cereais mostra a situação de défice global, que se vem acentuando desde 1999 e se agravou desde o início da implementação da reforma, em 2005, com a importante redução da produção de milho e de trigo duro.

Quadro 9 - Balanço de aprovisionamento dos cereais (sem milho e sem arroz)

Cereais sem milho	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	Média
produção utilizável (1000 t)	537	549	230	528	228	407	413
entrada (1000 t)	1866	1834	2216	2242	2023	2249	2072
saída (1000 t)	144	145	254	283	227	207	210
consumos (1000 t)	1968	2038	1959	2114	1955	2070	2017
animal (1000 t)	776	842	760	903	730	837	808
humano (1000 t)	1192	1196	1199	1211	1225	1233	1209
grau auto-aprovisionamento (%)	25	25	10	22	10	18	19

Fonte: INE

O consumo de cereais, por seu turno, pode-se considerar estabilizado, com excepção da cevada, cujas utilizações aumentaram, quer para fins alimentares quer para fins industriais (indústria cervejeira). Contudo, o grau de auto aprovisionamento para cereais, sem milho e arroz, é muito reduzido, 19% na média do período 1999/2000 a 2004/2005.

Considerando os cereais cujo destino principal é a alimentação humana, constata-se que o trigo mole apresentou, no período em análise e ainda sem os efeitos da reforma, que se traduziu num aumento da sua produção, uma redução do grau de auto aprovisionamento de 75%, descendo de 16% na campanha 1999/2000 para 4% na campanha 2004/2005. As necessidades anuais

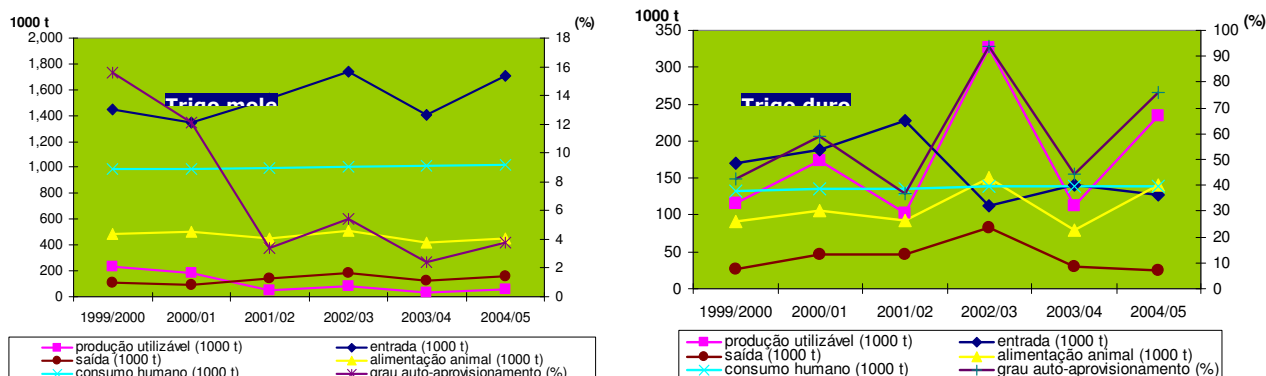
¹⁰ No âmbito do artº 69º do Reg. (CE) n.º 1782/2003, Despacho Normativo nº 23/2005, foram estabelecidas novas ajudas que são concedidas por tonelada de cereal comercializado através de agrupamentos.

Culturas arvenses

ascendem a pouco mais de 1,6 milhões de toneladas/ano, que se dividem em consumo humano (62%), consumo animal (29%) e exportações (8%). As importações, na ordem das 1,5 milhões de toneladas/ano representam 95% das necessidades.

Gráfico 18 – Balanço de aprovisionamento do trigo mole e trigo duro

Fonte: INE



O balanço de aprovisionamento do trigo duro mostra uma evolução inversa da verificada no trigo mole no mesmo período, devido ao efeito do montante da ajuda complementar existente à data e específico para a primeira cultura.

Após 2005, correspondente à situação depois da reforma, pode-se constatar que, com o desligamento total das ajudas, a redução significativa do nível da ajuda específica, em conjugação com a inicial impossibilidade de candidatura à ajuda agro-ambiental, a produção deste cereal diminuiu para um valor meramente residual. Esta situação contraria as expectativas da indústria nacional de massas que vinha considerando a produção deste cereal como uma fonte importante de abastecimento, quer pelo nível de preços, sempre inferiores aos preços de importação, quer pelas suas características de qualidade.

Quadro 10 - Balanço de aprovisionamento do trigo mole

Trigo Mole	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	Média
produção utilizável (1000 t)	237	182	51	86	36	58	108
entrada (1000 t)	1450	1348	1530	1737	1410	1708	1531
saída (1000 t)	109	92	142	182	125	159	135
alimentação animal (1000 t)	482	503	448	512	420	450	469
consumo humano (1000 t)	988	989	993	1003	1016	1022	1002
grau auto-aprovisionamento (%)	16	12	3	5	2	4	7
consumo <i>per capita</i> (kg)	99	99	96	96	97	97	97

Fonte: INE

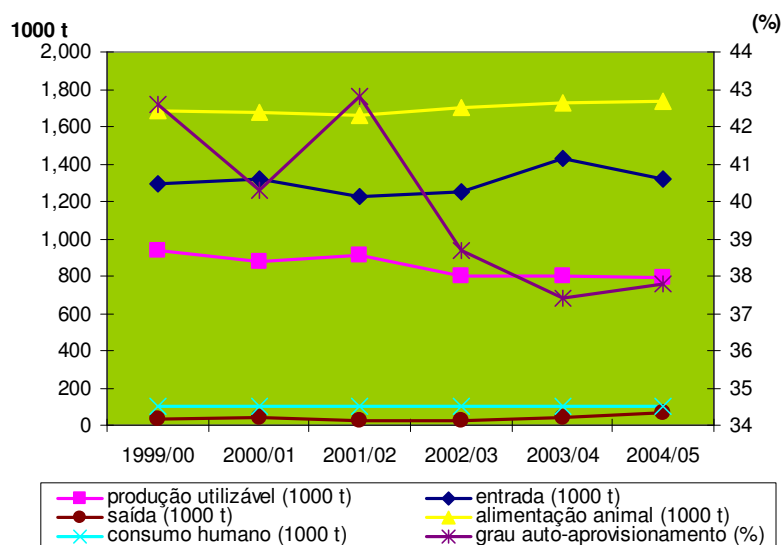
Quadro 11 - Balanço de aprovisionamento do trigo duro

Trigo Duro	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	Média
produção utilizável (1000 t)	115	173	103	327	113	235	178
entrada (1000 t)	170	188	228	113	141	127	161
saída (1000 t)	26	46	46	83	29	25	43
alimentação animal (1000 t)	91	106	92	150	80	140	110
consumo humano (1000 t)	132	135	136	138	139	139	137
grau auto-aprovisionamento (%)	13	13	13	13	13	13	13
consumo <i>per capita</i> (kg)	42	59	37	94	44	76	59

Fonte: INE

No que respeita ao milho, o cereal mais importante do ponto de vista da quantidade produzida, assistiu-se, no período em análise, a uma redução progressiva da produção disponível, com o inevitável recurso a um aumento das importações.

Gráfico 19 - Balanço de aprovisionamento do milho



A produção utilizável baixou de cerca de 934 000 toneladas, em 1999/2000, para cerca 790 000 partir da campanha 2002/2003, correspondendo ao fim do incentivo adicional para Portugal, a ajuda co-financiada. Após 2005, início da reforma, a produção reduziu-se para pouco mais de meio milhão de toneladas.

Fonte: INE

Quadro 12 - Balanço de aprovisionamento do milho

Milho	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	Média
produção utilizável (1000 t)	934	875	907	797	798	789	850
entrada (1000 t)	1290	1316	1224	1251	1434	1320	1306
saída (1000 t)	30	40	29	29	41	64	39
alimentação animal (1000 t)	1687	1678	1658	1700	1731	1735	1698
consumo humano (1000 t)	103	106	106	105	105	105	105
grau auto-aprovisionamento (%)	43	40	43	39	37	38	40
consumo <i>per capita</i> (kg)	10	10	10	10	10	10	10

Fonte: INE

Culturas arvenses

Arroz

O sector do arroz apresenta um grau de auto-provisionamento de cerca de 55%. Este valor passa a 80% para a variedade *Japonica* (vulgo arroz carolino em Portugal) e cerca de 20% na variedade *Indica* (vulgo arroz agulha).

Quadro 13 - Balanço de aprovisionamento do arroz (t de equivalente branqueado)

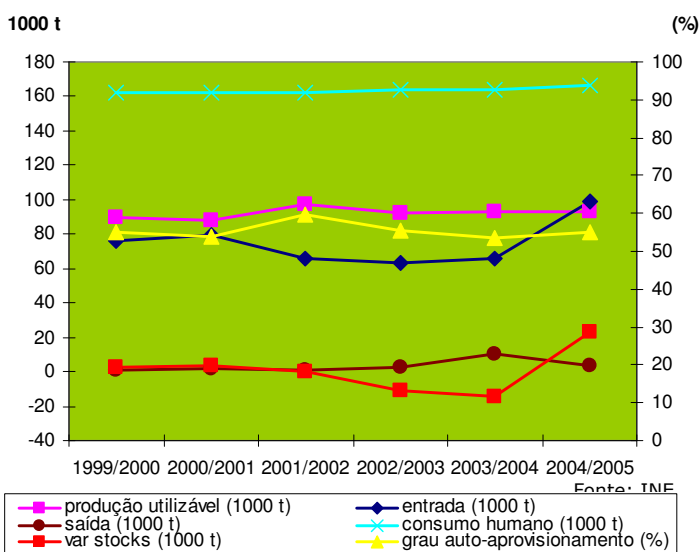
Arroz	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	Média
produção utilizável (1000 t)	90	88	97	92	93	93	92
entrada (1000 t)	76	79	66	63	66	99	75
saída (1000 t)	1	2	1	3	10	3	3
consumo humano (1000 t)	162	162	162	164	164	166	163
grau auto-provisionamento (%)	55	54	60	55	54	55	55
consumo <i>per capita</i> (kg)	16	16	16	16	16	16	16
Varição de stocks (1000t)	3	3	0	-11	-15	23	0

Gráfico 20 - Balanço de aprovisionamento do arroz

O consumo *per capita* de arroz não tem sofrido variações significativas, situando-se actualmente em 16 kg/habitante/ano, um nível cerca de três vezes acima da média da União Europeia. O segundo país em consumo *per capita*, a Espanha, apresenta valores na ordem de metade da capitação portuguesa.

As principais alterações no consumo de arroz resultaram da transferência de hábitos de consumo do arroz Carolino para o arroz *Agulha* ao longo da década de 90. Actualmente esta tendência atenuou-se, e a quota de mercado de cada um deles situar-se-á em valores próximos de 50%.

Dados recentes¹¹ mostram que existe transferência de procura de arroz *Agulha* e *Carolino* para "novas formas" de arroz como o arroz *vaporizado* e o arroz *Basmati*, que têm vindo a crescer, ainda que a partir de um nível baixo, estimando-se que essa fatia de mercado possa rondar os 10%.



1.6.2. Balança comercial

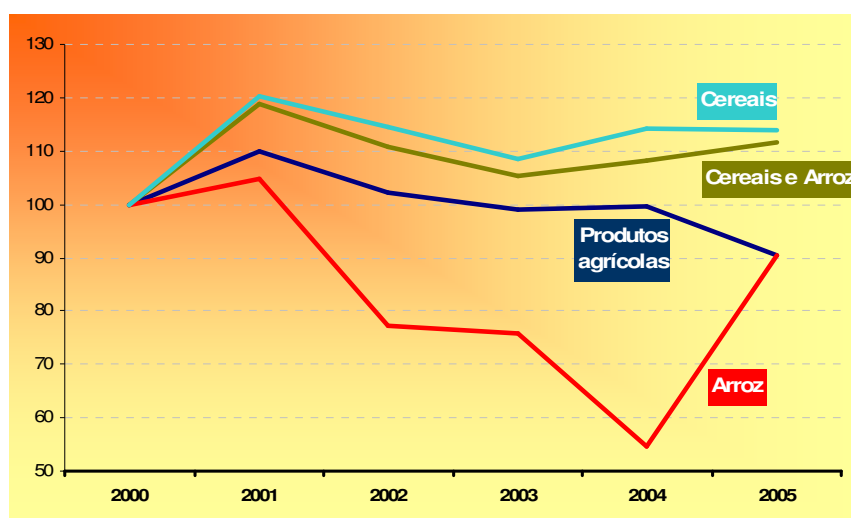
O saldo da balança comercial é amplamente devedor para todos os cereais e arroz. A comparação gráfica seguinte permite-nos ver, em termos relativos, o comportamento do saldo dos produtos considerados: agrícolas no total, cereais e arroz em conjunto e, cereais e arroz separadamente.

Entre 2000 e 2005 o saldo da balança comercial evoluiu positivamente para o conjunto dos produtos agrícolas. Este movimento foi acompanhado, de forma clara, no caso do arroz até 2004, e de forma mais tímida nos restantes cereais até 2003. Após esta data, assiste-se a uma

¹¹ GPPAA, adaptado de ACNielsen para ANIA (2006) – XVI Encontro da Indústria Arrozreira Portuguesa

ligeira degradação deste balanço, para todos os cereais, situação esta que deverá ter sido continuada em 2006, pelo já exposto.

Gráfico 21 - Evolução do saldo da balança comercial a preços correntes



Fonte: Eurostat (Cálculos GPPAA)

NOTA: O saldo da BC em valor absoluto é sempre negativo nos produtos identificados no gráfico acima. Valores mais elevados no gráfico correspondem a saldo comercial mais devedor.

1.6.3. Comércio internacional

Arroz

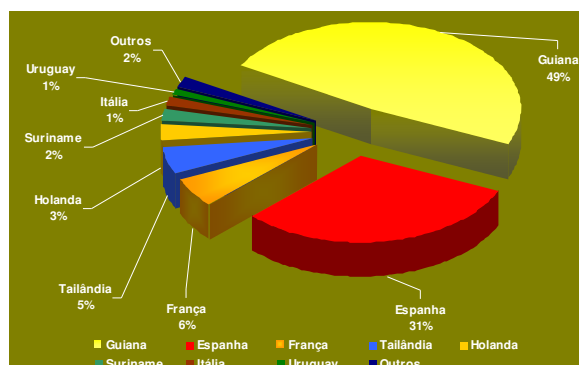
Com a reforma do sector do arroz, em 2003, reduziu-se o acesso à intervenção¹² para os Estados membros grandes produtores de arroz, nomeadamente a Itália e a Espanha e, com menor peso, a Grécia, acompanhado da descida de 50% do preço de intervenção. Esta alteração significou uma diminuição da protecção externa do sector, de forma diferente para o arroz em película ou para o arroz já branqueado.

Igualmente se verificaram alterações no regime de importação comunitário, em particular com os fornecedores mais importantes, EUA e a Tailândia. Estas alterações traduzem-se na diminuição dos direitos e no estreitamento do diferencial entre as duas formas de arroz – película e branco. Os direitos de importação são revistos a cada 6 meses, em função dos volumes importados, variando entre 30, 45 ou 65 €/t para o arroz em película, e 145 a 175 €/t para o arroz branco.

¹² 100_000 t por campanha no total da UE, quando anteriormente o acesso era ilimitado.

Gráfico 22 - Média anual de entradas de arroz em 2003/05 (Porcentagem)

O comércio internacional de arroz acontece sobretudo na forma de arroz em película¹³, e menos em casca (*paddy*), ou nas formas finais de transformação, como arroz branco (semi-branqueado e branqueado). O regime de importação no mercado comunitário favorece a importação do arroz em película, o que justifica que cerca de dois terços das importações sejam feitas nesta forma.



Fonte: Eurostat

No triénio 2003/05 as entradas de arroz ascenderam a 81 000 t/ano¹⁴, um aumento em volume de 6% face ao triénio anterior, à custa essencialmente de um acréscimo de 17% nas importações de países terceiros, em oposição a um decréscimo de 6% das recepções comunitárias. Há uma relativa estabilidade nas fontes de abastecimento (*vide anexos*), muito embora países como a Tailândia ou a Holanda tenham, nos últimos três anos, ganho quota de mercado.

Estes aumentos mostram um crescimento muito superior nas importações de arroz branco em prejuízo do arroz em película¹⁵, consequência do ajustamento no regime comercial com países terceiros. Em Portugal registam-se ainda entradas de arroz *paddy* com significado, que se justificam pela proximidade dos mercados produtores espanhol e francês.

As saídas de arroz, 15 591 t (média triénio 2002-2005), correspondem ao subproduto trincas, para países como a Bélgica e Espanha, bem como arroz já transformado.

Relativamente às variedades, entre os dois triénios em análise, verifica-se um aumento continuado das importações *Indica* (+19%) e uma redução (-25%) nas importações de variedades *Japonica*. Em termos relativos, as importações *Indica* são 80% do total.

Cereais

Em média, as importações de cereais ascendem a 3 milhões de toneladas/ano, para uma produção nacional que ronda o milhão de toneladas e exportação de 200 mil toneladas. A sua origem é essencialmente comunitária, representando esta, em 2005, cerca de 76% do total.

A análise dos valores nos últimos anos, (*vide anexos*), por país de origem, mostra que a UE é dominante, em particular a França (36%), o Reino Unido (14%), a Alemanha (11%) e a Espanha (9%), estados membros com maior capacidade de oferta e proximidade geográfica. Mostra igualmente o seu aumento nas campanhas caracterizadas por circunstâncias climáticas adversas.

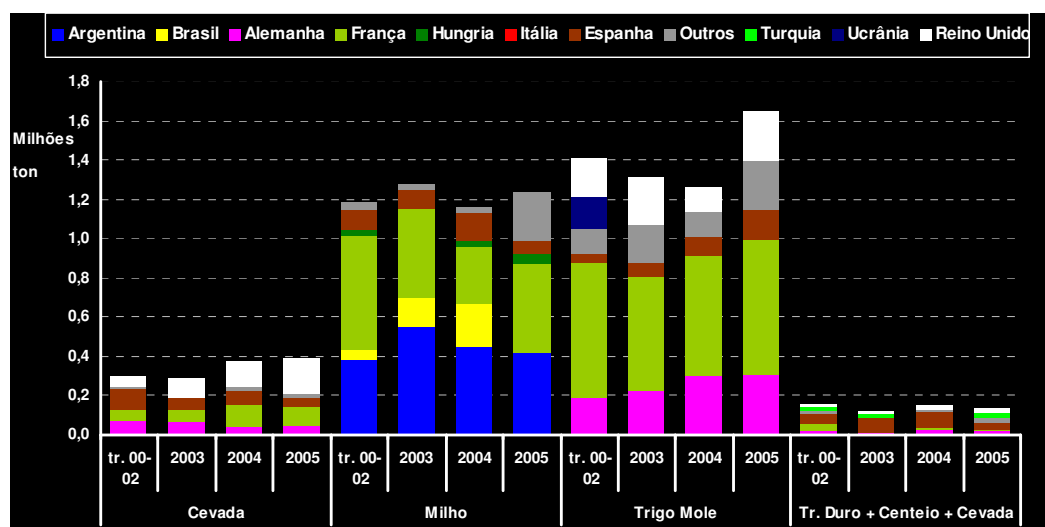
Quanto à origem extra comunitária, destacam-se por ordem de importância, as origens Argentina, EUA e por fim, a partir de 2005, a Sérvia, a Bulgária e a Roménia.

¹³ Ou descascado, cargo ou castanho.

¹⁴ Expresso em equivalente branqueado.

¹⁵ Entre o triénio 2000-02 e 2003-05 as importações de arroz em película cresceram 16% de 44.573 para 51.940 t e de arroz semi-branqueado e branqueado cresceram 41% de 11.191 para 15.741.

Gráfico 23 - Evolução das entradas de cereais em Portugal por origem



Fonte: Eurostat

Uma análise das trocas por tipo de cereal, no último triénio, mostra para o milho valores de 1,2 milhões de toneladas/ano, com origem na Argentina, quota de 39%, e França com 33%.

Este cereal é o único em que as importações de países terceiros superam as da Comunidade, a qual, antes do último alargamento, era deficitária em milho. Contudo, para além deste facto, Portugal tem acesso a um contingente de importação preferencial de 500 000 t/ano com obrigação de transformação em Portugal, com direitos de importação reduzidos e variáveis em função das condições de mercado.

Desde a campanha de 2004 foram instaurados novos contingentes, resultantes dos Acordos de Associação com a Roménia e Bulgária e de Associação e Estabilização com os Balcãs, resultando em novas oportunidades de importação a direito zero. A existência destas novas origens tem levado a uma alteração significativa dos fluxos de importação e a um maior interesse nas importações de países terceiros face às importações comunitárias. De facto, no último triénio, as importações de milho de países terceiros cresceram 35% face a período homólogo, em substituição da origem comunitária. Para esta transferência terá também concorrido o facto de se assistir a uma tendência em alta dos preços do mercado interno.

No que respeita ao trigo mole, responsável pela maior fatia das importações (1 400 000 t/ano) no conjunto dos cereais, as importações intra comunitárias são as mais representativas, e viram aumentada a quota no último triénio tendo passado de 81 para 91%.

As importações têm dois destinos distintos principais, a indústria alimentar e a indústria de alimentos compostos para animais. O trigo mole panificável está associado às origens Alemanha, Reino Unido e EUA, escolhidos pela indústria como os de qualidade superior, e o trigo mole forrageiro a França e Espanha. A origem da importação de trigo duro, que decresceu no triénio 2003-2005, é Espanha e Turquia.

Relativamente aos outros cereais, merece referência a posição maioritária do Reino Unido na exportação de cevada (136 534 t num total de 353 897 t no último triénio), para o fabrico de malte para a indústria cervejeira. O Reino Unido é ainda o principal fornecedor de aveia, com uma quota de mercado de 62% (em 24 258 t/ano). A importação de centeio, cerca de 24 000 t/ano (média último triénio), é proveniente em 60% da Alemanha e em 34% de Espanha. Entre os dois últimos triénios, a quantidade importada aumentou em 43%.

1.7. Qualidade e segurança alimentar

No âmbito destas produções, os factores determinantes em termos de segurança alimentar dizem respeito à utilização de fitofármacos, nitratos, e a introdução, recente no universo da agricultura portuguesa, do cultivo de variedades de milho geneticamente modificados (OGM).

Organismos Geneticamente Modificados - OGM

Trata-se de matéria que, na sua vertente relativa à segurança alimentar e ambiente, tem grande impacto na opinião pública, extravasando as questões meramente técnicas. As suas implicações ao nível do mercado podem ser graves, podendo conduzir à exclusão de certas origens de importação, com os inevitáveis efeitos colaterais como a especulação nos preços via restrição da oferta, como sucedeu na presente campanha com a detecção de arroz geneticamente modificado (GM) dos EUA.

Desde há muito que estão previstos os normativos comunitários definindo as regras para a libertação deliberada no ambiente de OGM (Directivas 2001/18/CE e 90/220/CE). Apesar desta matéria já ter sido regulamentada há muito tempo, só nos últimos três anos conheceu maiores desenvolvimentos. A regulamentação foi revista, existindo, hoje, dois regulamentos comunitários relevantes:

- Reg.(CE) nº 1829/03 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à rotulagem
- Reg.(CE) nº 1830/03 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à rastreabilidade.

Complementarmente, foi publicada regulamentação nacional de aplicação que define, nomeadamente, as competências dos ministérios e respectivos organismos envolvidos.

Com base na referida regulamentação é, agora, possível, de acordo com as regras relativas à rastreabilidade, conhecer todo o percurso de um determinado OGM, em termos de suporte documental, através do princípio “uma porta uma chave” e, não menos relevante, rotular os produtos de forma a informar claramente o consumidor acerca da presença ou não dos mesmos.

Desta forma pode-se considerar que, do ponto de vista dos produtos para alimentação humana ou animal, e no âmbito do quadro regulamentar vigente, estão assegurados os mecanismos de garantia e protecção relativos aos OGM'S.

Do ponto de vista da cultura de OGM surgiu igualmente, nos últimos dois anos, uma nova realidade decorrente do facto de ter sido decidido, pela Comissão Europeia, a inclusão de mais de 20 variedades de milho OGM no Catálogo Comum de Variedades.

Tal decisão deu origem, do ponto de vista regulamentar, à criação, nos últimos dois anos, de todas as condições, nomeadamente no que se prende com as regras de coexistência das culturas, que permitem que as mesmas se realizem em condições de segurança e num quadro legal bem definido.

Assim, encontra-se em vigor o Decreto Lei n.º 160/2005, de 21 de Setembro, diploma que, baseado no *princípio da precaução*, define as regras de coexistência de variedades OGM com culturas convencionais e com o modo de produção biológico.

Nele são definidos, através das normas técnicas, as condições a respeitar pelos produtores para o cultivo, manuseamento, armazenagem e transporte de variedades GM, assegurando a coexistência entre os diferentes modos de produção agrícola sem a contaminação acidental. As normas técnicas foram estabelecidas recorrendo a intervalos de segurança elevados para diminuição dos riscos, as quais, quando cumpridas, deverão evitar contaminações.

O mesmo diploma prevê a criação de Zonas Específicas de Produção de variedades OGM.

Zonas livres de OGM

Adicionalmente ao quadro regulamentador atrás referido, foi criada a possibilidade de criação, em Portugal, de Zonas Livres de OGM, pela Portaria n.º 904/2006 de 4 de Setembro. Esta estabelece as condições e o procedimento para o seu estabelecimento, dando assim a possibilidade quer aos produtores, quer a outros intervenientes no mercado e aos consumidores, uma maior liberdade de escolha e uma maior segurança quanto às suas opções produtivas/escolhas.

Em Portugal já se cultivaram variedades de milho OGM, 772 ha em 2005 e 1 249 ha em 2006.

1.8. Desempenho ambiental

Na óptica do produtor, as relações com o desempenho ambiental podem ser avaliadas quer numa perspectiva restrictiva, de que a mais importante são as normas da condicionalidade, de carácter obrigatório, quer numa perspectiva voluntária, normalmente sob a forma de contratualização de determinado tipo de práticas amigas do ambiente, de que as mais importantes são as medidas agro-ambientais.

Condicionalidade

Trata-se de um quadro de exigências estabelecidas, inicialmente, para as ajudas incluídas no regime de prémio único, de que as culturas arvenses (incluindo a retirada de terras e o arroz) são as mais importantes, e posteriormente alargadas a todas as ajudas da mesma natureza, constituindo uma das condições de elegibilidade.

Este quadro de exigências, que a condicionalidade introduz, pode afectar as explorações agrícolas quer por via da redução das ajudas directas, quer por via da própria elegibilidade às ajudas directas a qual, tal como estabelecido no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 1202/2004, está dependente do cumprimento das boas condições agrícolas e ambientais

Existem ainda as regras decorrentes da existência de oito zonas vulneráveis (ZV), que determinam restrições totais ou parciais às culturas anuais, as quais resultam da aplicação em termos da condicionalidade da Directiva Nitratos (Directiva 91/676/CEE do Conselho) tendo como objectivo a prevenção da contaminação dos aquíferos.

Neste momento e ao nível do Continente encontram-se delimitadas 8 zonas vulneráveis. Destas, apenas 4 zonas vulneráveis apresentam plano de acção publicados.

Em Dezembro de 2006 foi publicada uma portaria que rectifica os limites da ZV nº 1, Esposende-Vila do Conde e que alarga os limites da ZV nº 5, Tejo.

Apresenta-se em quadro anexo, as zonas vulneráveis existentes no território continental, as quais apresentam planos de acção em vigor.

Medidas Agro-Ambientais

As medidas agro-ambientais, durante o período de programação 2000-2006, foram evoluindo e aumentando ao longo do tempo, constituindo-se como um conjunto muito alargado e complexo de medidas, cerca de 28, por vezes com níveis de ajudas variáveis em função da região e /ou da dimensão da exploração, e com níveis de adesão diferenciados entre elas, nalguns casos muito elevados. Trata-se de compromissos com a duração de cinco anos por forma a obter os resultados positivos esperados em termos ambientais.

Algumas das medidas agro-ambientais deste quadro foram especialmente vocacionadas para este sector, de que se salienta as constantes do anexo III, com especial relevo para a relativa aos *sistemas arvenses de sequeiro*. Em 2004 a área de compromisso associada foi de 39 000 ha, e em 2005 de 137 000 ha. Igualmente as medidas *Protecção e Produção integrada* quase duplicaram as áreas de compromissos entre 2004 (25 000 ha) e 2005 (45 000 ha). São ainda de assinalar as adesões às medidas *redução da lixiviação de agro-químicos para aquíferos, sistemas policulturais tradicionais e a agricultura biológica*.

No caso das culturas do arroz, trigo mole, trigo duro e cevada dística directamente destinados à alimentação humana, a existência de uma grande adesão a estas medidas poderá traduzir-se, a prazo, em benefícios vários para além dos ambientais, e que residem no reconhecimento duma "qualidade ambiental" pelo utilizador da matéria prima e/ou pelo consumidor final, na constituição de uma maior relação de confiança por parte dos consumidores, desde que cumpridas e incentivadas as regras de traçabilidade e rotulagem.

Para o próximo quadro de desenvolvimento rural¹⁶, em discussão, pretende-se simultaneamente dar continuidade aos seus objectivos principais mas apostar numa maior simplificação das

¹⁶ O Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente, 2007-2013, está em discussão, e é possível consultá-lo em www.gppaa.pt

Culturas arvenses

medidas e numa optimização dos resultados pretendidos. A orientação baseia-se num leque restrito de medidas que serão aplicadas transversalmente a todo o território, em paralelo com um conjunto mais vasto de medidas mas de aplicação territorializada e adaptada a cada território da Rede Natura elegível para as mesmas.

Simultaneamente, decorrerão os compromissos assumidos no actual quadro, sendo que aos produtores será dada a possibilidade de acesso ao novo quadro antes do fim do contrato e para as medidas da mesma natureza, se assim o pretenderem.

2. Política de apoios

2.1. Perspectiva histórica

2.1.1. Adesão de Portugal à CEE e harmonização de preços

À data da adesão, Portugal apresentava preços internos muito superiores aos preços médios da então CEE. Os cereais e o arroz foram considerados produtos sensíveis, pelo que foram incluídos no sistema de transição desenvolvido em duas etapas, com a duração de cinco anos cada, por oposição à transição clássica de sete anos e regras menos flexíveis (detalhes no anexo VIII).

Ajuda co-financiada

Em Dezembro de 1990 foi publicado o Regulamento (CEE) n.º 3653/90, Conselho, que previa disposições transitórias relativas às OCM dos cereais e do arroz em Portugal. Este regulamento previu a concessão de uma ajuda temporária e degressiva, cujo montante inicial seria função do rendimento garantido aos produtores portugueses no final da primeira etapa, permitindo assegurar a descida dos preços dos cereais em Portugal para o nível dos preços comuns.

No que respeita aos cereais, e em particular ao trigo mole, a diferença entre o preço em Portugal e o preço comum era tal que, apesar da concessão da ajuda, a aproximação não podia efectuar-se numa única vez. Foi por conseguinte necessário fixar um preço superior ao preço comum e prever que a aproximação se efectuasse em várias campanhas. Por conseguinte, foi instituída uma ajuda directa e específica para os produtores portugueses de cereais, paga por quantidade produzida e colocada no mercado, co-financiada em 75% pelo orçamento da União Europeia e 25% pelo orçamento nacional, a denominada ajuda co-financiada.

Quadro 14 - Ajuda específica aos produtores de cereais (ajuda co-financiada)

ECU - €/ton	91/92	92/93 ⁽⁴⁾	93/94 ⁽¹⁾	94/95	95/96 ⁽²⁾	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02 ⁽³⁾	02/03
Trigo Mole	70,74	106,21	97,97	89,58	96,54	86,12	75,4	64,38	53,00	41,13	41,13	15,27
Triticale, cevada e centeio	77,49	72,89	66,26	59,64	63,19	55,28	47,39	39,48	31,60	23,69	23,69	7,90
Milho	60,00	57,56	52,33	47,09	49,89	43,66	37,42	31,18	24,95	18,72	18,72	6,23
Sorgo	51,77	50,03	45,48	40,93	43,37	37,95	32,53	27,11	21,69	16,25	16,25	5,42

1. Alteração dos montantes segundo o Reg. (CE) n.º 738/93 do Conselho
- 2 Alteração em função da mudança do regime agrimonetário, pelo Reg. (CE) n.º 1664/95 da Comissão
3. Alteração ao abrigo do Reg. (CE) n.º 823/2001 do Conselho que estabilizou temporariamente a degressividade
4. Alteração ao abrigo do Reg. (CE) n.º 1741/92 do Conselho

Na sequência da reforma da PAC de 1992, o Reg. (CEE) nº 1741/92 aumentou esta ajuda e fixou novos montantes a partir da campanha 1992/1993, de forma a reflectir o preço de intervenção em Portugal, superior ao nível do preço comunitário. Posteriormente, a ajuda é ainda actualizada e prorrogada por mais 3 campanhas, ou seja, o seu término passou de 1999/2000 para 2002/2003.

Quadro 15 – Valor do investimento aprovado, Medida 2 do PO Agro e apoios FEOGA -G

Valor total dos apoios (1000 EUR)		
PO AGRO. Medida 2 - Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas	(2001-2005)	Média Anual
Cereais	5.410	1.082
Arroz	12.295	2.459
Sub-Total	17.705	3.541
FEOGA Garantia	(2000-2005)	Média Anual
Ajudas à produção Arvenses	1.164	194
do qual arroz	66	11
Apoios ao Mercado Arvenses	9	2
do qual arroz	-16	-3
TOTAL arvenses	1.174	196
do qual arroz	50	8

Fonte:FEOGA, Gab. Gestor AGRO

2.1.2. A reforma da PAC de 1992

A PAC, iniciada em 1957, é, sem dúvida, uma das políticas públicas comunitárias mais bem sucedidas no cumprimento dos princípios e objectivos que lhe foram fixados no Tratado de Roma. Ao longo de tantos anos, contudo, foi evidenciando e acumulando problemas e tensões, que levaram a sucessivas reformas.

A primeira grande reforma inicia-se com o ciclo negocial da Organização Mundial do Comércio (OMC), lançado em Punta Del Este, em 1986, no Uruguai. Pela primeira vez se pretende incluir o sector agro-alimentar nestas negociações, criando uma pressão adicional externa à PAC, que já indicia, nomeadamente, problemas de sobreprodução.

Surge, neste contexto, a reforma de 1992, pensada e discutida anos antes, já incorporando igualmente a preparação para as negociações OMC, que constituiu um dos principais factores para a primeira reforma de fundo.

A reforma de 1992 instituiu um regime comum de apoio aos cereais, oleaginosas e proteaginosas, COP, e assentou em três princípios fundamentais.

Redução do apoio via preços: os preços de intervenção dos cereais foram simplificados e unificados um único preço para todos os cereais e reduzidos de, aproximadamente, um terço. Foram ainda abolidos os preços institucionais para as oleaginosas e as proteaginosas.

Pagamentos compensatórios: a fim de compensar a redução ou a supressão dos preços institucionais, foram instituídos, com base nos rendimentos históricos regionais, pagamentos específicos por hectare, concedidos directamente aos produtores COP. Apenas no caso das oleaginosas os pagamentos são variáveis, parcialmente ajustados em função da evolução dos preços de mercado.

Instrumentos de gestão da oferta: a gestão da oferta baseia-se na fixação permanente da superfície elegível para pagamentos compensatórios, em áreas de base que não podem ser superadas e na obrigação dos produtores retirarem de produção uma parte das suas terras elegíveis (*set-aside*). A taxa de retirada de terras tornou-se o principal instrumento de gestão da oferta, sendo adaptado em todas as campanhas de comercialização em resposta à situação de mercado.

Avaliação da reforma 1992

Os objectivos de restaurar o equilíbrio do mercado e aumentar o rendimento dos produtores foram alcançados. As existências de intervenção dos cereais baixaram de 32 milhões de toneladas em 1992/93 para 2.4 milhões de t em 1996/97. O consumo interno total aumentou cerca de 20 milhões de toneladas, contrariando a tendência dos anos anteriores. Os subsídios à

Culturas arvenses

exportação foram muito inferiores aos concedidos antes da reforma, com os preços mundiais mais elevados em resultado da redução do excedente exportável da UE.

A produção total de oleaginosas estabilizou a um nível ligeiramente inferior ao anterior à reforma, enquanto a produção de proteaginosas registou um decréscimo.

Contudo, o novo modelo introduzido pela reforma (ajudas directas à superfície) levantou novos problemas e desencadeou um sentido crítico muito mais activo, com particular incidência na opinião pública: efeito redistributivo perverso, imagem pouco "amiga" do ambiente em resultado de ausência de normativos eficazes, e risco de desequilíbrio: a produção de cereais continua a aumentar enquanto o consumo interno está sujeito a influências adversas, e as exportações estão limitadas pelo Acordo Agrícola da OMC resultante do *Uruguay Round*.

2.1.3. Agenda 2000

A Agenda 2000 veio aprofundar a transição do modelo iniciado em 1992 e baseado no suporte ao rendimento via preços de mercado para o modelo via ajudas directas. Para os cereais, o preço de intervenção, de 119.19 €/t em 1999/2000, desce para 110.25 €/t em 2000/2001, e 101.31 €/t a partir de 2001/2002, nível equivalente aos do mercado mundial.

A ajuda directa, compensatória, à produção de cereais, de 54.34 €/t em 1999/2000 aumenta para 63 €/t, valor base aplicado segundo um plano de regionalização que definia as classes de rendimento dos solos por hectare e por região, distinguia as culturas de sequeiro das de regadio, permitindo calcular a ajuda ao hectare aplicável a cada região. Tratava-se de uma ajuda por superfície e, no âmbito das condições de elegibilidade, já não se exigia a colheita do grão, considerando-se, portanto, como ajudas semi-desligadas da obrigatoriedade de produção.

Para as oleaginosas, em 2001 foi concedida a última ajuda específica, que foi alinhada pela dos cereais a partir de 2002/2003, de forma progressiva. O arroz ficou fora da Agenda 2000, não obstante ter sido apresentado, ainda sob a Presidência portuguesa em 2000, um projecto de reforma que não teve apoio político no Conselho. Até 2004, quando se decidiu aplicar ao arroz os princípios da reforma da PAC 2003, não houve alterações no preço de intervenção, que se manteve em 298,35 €/t e a na ajuda directa que se manteve em 52,65 €/t.

2.2. A Reforma da PAC de 2003

Em 2003 foi aprovada pelo Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia uma reforma da Política Agrícola Comum. O que deveria ter sido apenas a revisão intercalar da Agenda 2000, traduziu-se numa alteração profunda da forma como a UE apoia a agricultura comunitária.

Neste contexto, a vasta maioria dos subsídios passa a ser concedida através de um pagamento único por exploração, independente do volume de produção e condicionado ao respeito de normas ambientais, de segurança alimentar, de saúde animal e vegetal e de bem-estar dos animais.

Para evitar o abandono da produção, os Estados-Membros podem optar por manter uma ligação reduzida entre os subsídios e a produção.

A nova PAC conta com o reforço da política de desenvolvimento rural, quer através de um aumento dos fundos da UE, que passarão a ser disponibilizados para as medidas de desenvolvimento rural, quer pela introdução de novas medidas.

Na sequência das decisões da Agenda 2000 procedeu-se ainda à revisão de algumas organizações comuns de mercado e de alguns regimes específicos de apoio, nomeadamente dos cereais, arroz, trigo duro, forragens secas e outros.

Principais elementos desta reforma com impacto no sector das culturas arvenses:

Pagamento único por exploração: desligado da produção, baseado no montante de ajudas directas recebidas pela exploração no período 2000 a 2002. Entrou em vigor em 2005. Para evitar o abandono de terras, os Estados-Membros poderiam não desligar totalmente as ajudas, mantendo-as parcialmente ligadas em determinados casos. Em Portugal a opção foi o desligamento total no sector dos cereais.

Medidas de apoio aos mercados agrícolas:

Cereais: manutenção do actual **preço de intervenção**, redução de 50% das majorações mensais do preço dos cereais e exclusão do centeio do benefício do regime de intervenção.

Trigo duro: nas zonas de produção tradicionais, o suplemento à produção de trigo duro foi pago independentemente da produção, tendo sido fixado em 313 € por hectare em 2004, em 291 € por hectare em 2005 e em 285 € por hectare a partir de 2006, incluídos no pagamento único. Foi ainda introduzido um **prémio específico à qualidade para o trigo duro**. Este prémio, no valor de 40 € por hectare, é pago aos agricultores que utilizem determinadas quantidades de sementes certificadas de variedades comprovadamente de alta qualidade para a produção de sêmola ou massas alimentícias. Esta ajuda é concedida no limite da superfície máxima garantida, actualmente aplicável nas zonas de produção tradicionais. Em Portugal essa superfície tem uma área de 118 000 hectares. Esta ajuda não tem sido garante do interesse dos produtores pela cultura, o que se traduz na redução drástica de áreas semeadas desde 2005.

Arroz: perante as pressões externas causadas pelo acordo celebrado entre a UE e os Países Menos Avançados (PMA) e o desequilíbrio no mercado interno, que se traduziu, durante vários anos, por entregas crescentes à intervenção e por aumentos constantes nas importações, foi adoptada uma reforma com impacto significativo neste sector.

O principal aspecto traduziu-se na importante descida do **preço de intervenção** que passou de 298,35 €/t para 150 €/t, em paralelo com um limite máximo de entregas à intervenção: 100 000 t em 2004 e 75 000 t a partir de 2005. Foi revisto o regime de importação, antes baseado no preço de intervenção, por um sistema de direitos variáveis, como já referido.

Compensação aos produtores pela descida dos preços, que se traduziu num aumento da **ajuda à superfície**, de 318.53 €/ha para 453.75 €/ha. As Superfícies Máximas Garantidas (SMG) sofreram uma redução para a média das áreas cultivadas no período de referência, sendo atribuída a Portugal uma superfície de 24 667 ha. Qualquer ultrapassagem desta implica uma diminuição proporcional da ajuda específica.

Forragens Secas: fim da diferenciação das ajudas baseada nas quantidades desidratadas ou secas ao sol, passando aquelas a serem constituídas por duas componentes: uma ajuda à superfície desligada da produção baseada nas quantidades históricas entregues para transformação, integrada no pagamento único, e uma ajuda fixa de 33 €/t para empresas transformadoras. Estabelecidas Quantidades Máximas Garantidas (QMG) por Estado-Membro, baseadas no historial de entregas à indústria, tendo Portugal um limite de 30 000 t. Desde o início da reforma deixou de se produzir forragens desidratadas devido aos custos energéticos que acarreta, mantendo-se apenas uma produção residual de forragens secas ao sol.

Proteaginosas: conversão do suplemento à produção de proteaginosas numa ajuda específica à superfície, 55.57 €/ha, com o limite de 1.4 milhões de hectares.

Ajuda às Culturas Energéticas: concedida ajuda anual de 45 €/ha, para uma superfície máxima garantida de 1.5 milhões de ha e para as superfícies com contratos de entregas à indústria de transformação. A Comissão apresentará um relatório após 5 anos de aplicação.

O quadro seguinte apresenta, de forma sintética, as grandes linhas de orientação da política comunitária para estes sectores.

Culturas arvenses

Quadro 16 - Comparação entre as medidas em vigor antes e depois da reforma da PAC de 2003

Regime/ Sector	Medida	Agenda 2000	Reforma da PAC de 2003	
Culturas Arvenses	Preço intervenção cereais	101,31 €/t	Sem alteração	
	Centeio	Admissível à intervenção	Não admissível	
	Majorações mensais	0,93 €/t	0,46 €/t	
	Ajuda superf.	63 €/t	Desligamento total para os cereais	
	Pagamento único (desligamento das ajudas)	-		
	Pousio		-	Atribuição de direitos (€/ha) em função da média no período referência (2000-2002)*
			10% obrigatório para áreas equivalentes a >92 t cereais	Atribuição de direitos específicos aos produtores que efectuaram pousio obrigatório no período ref.
			Possibilidade de efectuar pousio voluntário	Não aplicável
			Possibilidade de efectuar culturas não alimentares	Sem alteração
	Trigo duro		Possibilidade de rotação	Sem alteração
			Supl. 344,5 €/ha	Desligamento a partir de 2005 (ver ponto anterior desl. ajuda)
			-	Ajuda específica de 40 €/ha condicionada à utilização de det.quant. e qual. sementes certificadas
Proteaginosas	Ajuda supl. 9,5 €/t acrescida à ajuda arvenses	Ajuda específica de 55,57 €/ha		
Culturas energéticas	Possibilidade de serem cultivadas no pousio		Sem alteração	
		-	Prémio de 45 €/ha (nas áreas fora do pousio)	
Arroz	Preço intervenção	298,35 €/t	150 €/t a partir de 2004/05	
	Entregas à intervenção	sem limite	75.000 t de 2005 em diante	
	Período de interv.	1 Abril a 31 Julho	sem alteração	
	Ajuda superf.	318,53 €/ha	617,1 €/ha integrados no pagamento único Ajuda específica 453,75 €/ha com uma SBN 24 667 ha	
Forragens secas	Ajuda à transformação	68,83 €/t para desidratadas e 38,64 €/t para secas ao sol	33 €/t para ambos os tipos de forragens	
	QMG	5.000t- desidratadas; 25.000t - secas ao sol	30.000 t	
	Ajuda superf.	-	Integrada no pag. único em função das áreas que produziram forragens para transformação	

Fonte: GPPAA

2.3. Mercado comunitário

Cereais

À data da reforma de 2003, que introduziu o fim da intervenção para o centeio, cereal então dominante na intervenção (essencialmente de origem alemã), a União Europeia apresentava stocks de intervenção baixos consequência da descida do preço introduzido pela Agenda 2000.

Com a entrada de 10 novos EM em 2004, entre os quais a Hungria entre outros grandes produtores de milho, as quantidades entregues à intervenção voltaram a ser significativas, sendo actualmente constituídos maioritariamente por milho Húngaro.

Quadro 17 - Balanço de Aprovisionamento de cereais na União Europeia

	Campanha 2006/2007								UE 25 (Mio t)	
	Trigo Mole	Cevada	Trigo Duro	Milho	Centeio	Aveia	Triticale	Outros		
Stock inicial (1.7.2006)										
Mercado	17,6	11,4	1,1	7,2	0,7	2,0	4,4	1,0	45,4	
Intervenção	5,5	2,2	0,0	5,6	0,6	0,0	0,0	0,0	13,9	
Total	23,1	13,6	1,1	12,8	1,3	2,0	4,4	1,0	59,3	
Produção Utilizável	109,3	53,8	8,4	44,9	6,9	7,6	9,0	4,5	244,4	
Importação	5,0	0,4	2,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,4	10,8	
DISPONIBILIDADES	137,4	67,8	11,5	60,7	8,2	9,6	13,4	5,9	314,5	
UTILIZAÇÃO										
Alim humana	41,5	0,3	8,3	2,9	2,9	1,4	0,0	0,2	57,5	
Sementes	4,3	2,6	0,8	0,3	0,6	0,5	0,5	0,4	10,0	
Industrial	7,8	9,6	0,1	5,3	1,2	0,2	0,0	0,1	24,3	
(Bioetanol/biofuel)	1,4	1,1		0,5	0,5			0,0	3,5	
Regiões ultraperiféricas	0,3	0,2	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	
Alim Animal	53,5	38,4	0,5	39,5	3,2	6,0	9,5	4,4	155,0	
TOTAL UTILIZAÇÕES	107,4	51,1	9,7	48,4	7,9	8,1	10,0	5,1	247,7	
Saldo Disponível	30,0	16,7	1,8	12,3	0,3	1,5	3,4	0,8	66,8	

Fonte: Comissão Europeia. DG Agricultura e Desenvolvimento Rural

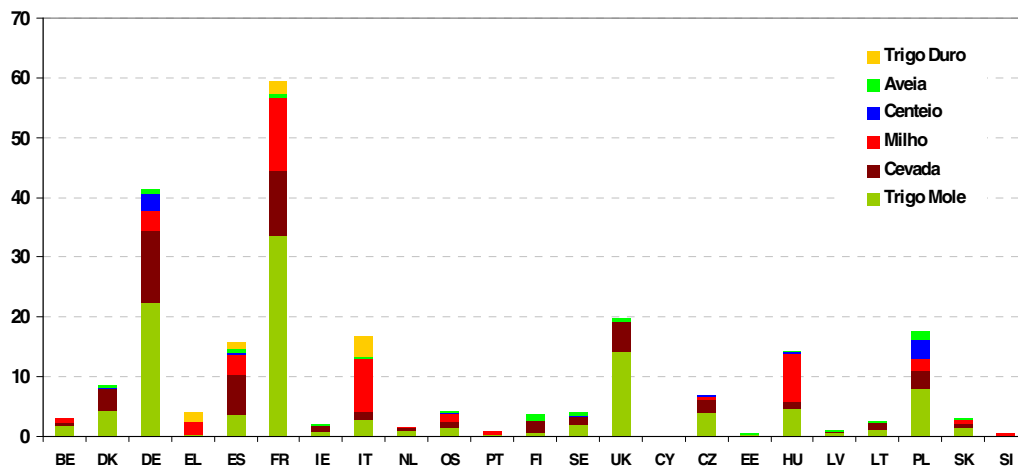
As limitações à exportação com restituições decorrentes do Acordo Agrícola da OMC limitam as possibilidades de promover as exportações. Contudo, resultado da tendência recente em alta, acentuada em 2006, dos preços de referência mundiais, e com a perspectiva de aumento acentuado da procura mundial de cereais para utilizações energéticas, que as previsões têm vindo a sustentar, poder-se-á atenuar ou abolir a necessidade de recurso às restituições.

Na UE existem Estados membros (EM) grandes produtores como a França, Alemanha, Polónia, Reino Unido e Hungria, ver gráfico seguinte. Portugal representa 0,35%, sendo um dos vários EM deficitários. Os maiores produtores de milho são a França, Hungria e Itália; de trigo duro a Itália e Grécia; de centeio a Alemanha e Polónia; e de cevada a Alemanha França e Espanha.

As possíveis consequências da reforma a nível comunitário ainda não são visíveis dada as diferentes opções tomadas pelos EM, nomeadamente as relativas ao nível de desligamento e à data de início da sua aplicação.

Culturas arvenses

Gráfico 24 - Estimativa da produção de cereais em 2006/2007 na UE por EM (10⁶ t)



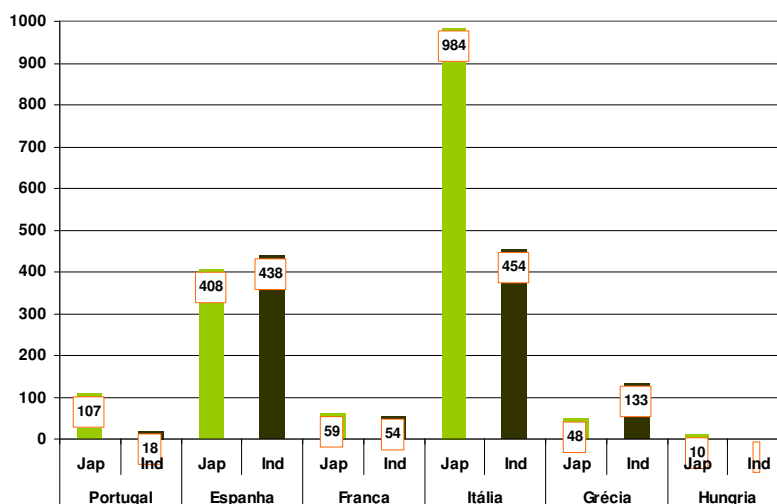
Fonte: Comissão Europeia. DG Agricultura e Desenvolvimento Rural

Arroz

A Itália é o maior produtor de arroz comunitário, com 50% da produção, a qual ascende a 1.6 milhões de toneladas/ano¹⁷. Nos seis EM produtores, na Itália, Portugal e Hungria, esta com uma produção residual, domina a sub-espécie *Japonica* (carolino). Cerca de 60% do arroz produzido na UE é desta sub-espécie, sendo o arroz *Indica* produzido essencialmente em Espanha e, em menor escala, na Grécia.

Globalmente a UE importa 45% (cerca de 1 milhão de toneladas) das necessidades para consumo, sendo maioritária a proporção de arroz *Indica*. Os mercados de abastecimento são, por esta ordem, EUA, Tailândia, Índia, Guiana e Paquistão que, no seu conjunto, fornecem 93% do arroz que a Comunidade importa.

Gráfico 25 - Produção de arroz na UE25, *Japonica* e *Indica* 2005/2006 (1000 t)



Fonte: CE. DG Agricultura e Desenvolvimento Rural

¹⁷ Expresso em equivalente branqueado.

Quadro 18 - Balanço comunitário do arroz por subespécie (*Japónica e Indica*)

		superfície (1000 ha)	produção (1000 t)	rend. agron (t/ha)	sementes (1000 t)	colheita à venda <i>paddy</i> (1000 t)	rend. industrial	colheita à venda	
								(1000 t equiv. Branq.)	% sobre UE25 2005/06
Portugal	Jap	19,2	107,3	5,6	2,5	104,8	60%	62,9	7%
	Ind	3,6	18,4	5,1	0,0	18,4	60%	11,1	2%
	<i>Total</i>	22,8	125,7	5,5	2,5	123,2	60%	73,9	5%
Espanha	Jap	62,0	407,9	6,6	13,5	394,4	60%	237,0	26%
	Ind	55,0	438,0	8,0	11,0	427,0	58%	247,0	39%
	<i>Total</i>	117,0	845,9	7,2	24,5	821,4	59%	484,0	31%
França	Jap	12,1	59,3	4,9	1,1	58,2	60%	35,0	4%
	Ind	10,5	53,6	5,1	1,8	51,9	54%	28,0	4%
	<i>Total</i>	22,5	112,9	5,0	2,9	110,1	57%	63,0	4%
Itália	Jap	158,2	984,3	6,2	31,7	952,6	59%	562,0	61%
	Ind	65,8	454,0	6,9	13,2	440,8	61%	269,0	42%
	<i>Total</i>	224,0	1438,3	6,4	44,9	1393,4	60%	831,0	53%
Grécia	Jap	7,5	48,0	6,4	0,4	47,6	58%	28,0	3%
	Ind	15,6	132,6	8,5	1,6	131,0	60%	78,0	12%
	<i>Total</i>	23,1	180,6	7,8	2,0	178,6	59%	106,0	7%
Hungria	Jap	2,4	9,6	4,0	0,7	9,0	65%	5,8	1%
	Ind								
	<i>Total</i>	2,4	9,6	3,4	0,7	9,0	65%	5,8	0%
UE25 (2005/06)	Jap	260,5	1609,8	6,2	48,4	1561,4	59%	927,8	100%
	Ind	151,3	1102,4	7,3	28,1	1074,4	59%	636,0	100%
	<i>Total</i>	411,8	2712,2	6,6	76,4	2635,8	59%	1563,8	100%
UE25 (2004/05)	Jap	263,6	1624,7	6,2	48,1	1576,6	60%	948,0	102%
	Ind	164,9	1237,0	7,5	31,3	1205,6	60%	729,0	115%
	<i>Total</i>	428,5	2861,7	6,7	79,5	2782,3	60%	1677,0	107%

Fonte: CE. DG Agricultura e Desenvolvimento Rural

2.4. Principais negociações comerciais com implicações no sector

As relações comerciais que se estabelecem nos diferentes mercados, nacional, comunitário e mundial, têm vindo a intensificar-se à medida que se vão desmantelando barreiras tarifárias e não tarifárias.

A OMC, como sucedânea do GATT, tem tido um papel essencial na área da regulamentação multilateral, mas igualmente os múltiplos e diversos acordos bilaterais e regionais contribuem para esta geometria do relacionamento entre Estados ou blocos comerciais, ou até grandes operadores, acompanhadas ou não de acordos de natureza comercial, todos eles contribuindo decisivamente para o aumento das oportunidades e fluxos de comércio.

As sucessivas rondas negociais da OMC e o acordo "em gestação" da UE com o Mercosul, ou ainda a Parceria Euromediterrânica, são apenas exemplos de como as relações multilaterais e bilaterais desencadeiam reacções que, se umas vezes são ameaças ao *status quo*, outras são oportunidades. Por outro lado, essas reacções são não poucas vezes acompanhadas *à posteriori* (e também em antecipação) por ajustamentos nas políticas internas, nomeadamente a PAC.

Dos últimos acordos de relevância para o sector salienta-se a negociação, ocorrida em 2001, de que resultou de um compromisso comercial entre a UE e 48 países menos avançados (PMA), alguns dos quais produtores e exportadores de arroz, com implicações ainda em consolidação. Este compromisso permite a esses países, a prazo, a exportação para a UE de todos os produtos, incluindo produtos agrícolas, entre os quais o arroz, sem direitos de importação, apenas se excluindo o comércio de armas, daí o nome do compromisso *EBA - Everything But Arms*.

O período transitório estabelecido durará até 2009, com uma quota anual de importação crescente (15% ao ano sobre 2 500 t) a direito zero. Desde 1 de Setembro de 2006 começou a redução faseada dos direitos de importação em vigor para quantidades importadas que superem o contingente, culminando, em 2009, com a liberalização total das importações de arroz.

2.4.1 Organização Mundial do Comércio – Agenda de Doha

As negociações em curso da *Agenda de Doha*, interrompidas desde Julho de 2006, poderão vir a implicar ajustamentos consideráveis nos sectores dos cereais e arroz de acordo com as propostas submetidas pelos principais blocos negociais. Apesar das incertezas subjacente às actuais negociações, é praticamente certa a eliminação das restituições a partir de 2013, fruto de decisão, ainda que condicionada, tomada durante a VI Conferência Ministerial da OMC (Hong-Kong, Dezembro 2005).

Em consequência da reforma da PAC de 2003, se as negociações fecharem não são esperadas grandes dificuldades de ajustamento ao nível das ajudas aos agricultores. Contudo, pode ser esperada uma redução significativa ao nível do acesso aos mercados (direitos de importação), tomando como referência as reduções médias de direitos de importação apresentadas durante as negociações, e que oscilam entre os 39 e os 66%. Reduções dessa ordem tornarão inevitavelmente o mercado comunitário mais permeável a importações de países terceiros, o que não deixará de acarretar dificuldades acrescidas de competitividade face à previsível maior concorrência externa.

2.4.2. Mercosul

A negociação do Acordo Inter-regional de Associação entre a UE com o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e, mais recentemente, Venezuela) está agora a ser retomada, depois do interregno que dura desde Setembro de 2004. Na vertente comercial, o objectivo do acordo contempla a criação de uma zona de comércio livre entre os dois blocos comerciais, sendo que a negociação não está mais adiantada porque foi assumido pelas partes a interacção com os resultados da *Agenda de Doha* da OMC. Em termos práticos está em causa, no futuro próximo, a instauração de uma zona de comércio livre com um potencial enorme de exportação de cereais e de arroz, ainda que em menor escala, de dois colossos do comércio mundial: Brasil e Argentina.

3. Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Factores internos
<ul style="list-style-type: none"> ● Condições naturais a sul: horas de sol, temperaturas, precocidade, baixo teor de humidade na colheita ● Prática de rotações culturais ● Sistemas policulturais como entrave à erosão do solo e à desertificação ● Importância de produção em regimes extensivos 	<ul style="list-style-type: none"> ● Solos esqueléticos e riscos de seca recorrente ● Necessidade de regadio com custos inerentes ● Limitação / insuficiência da SAU para a produção ● Aumento do risco de abandono da terra após reforma da PAC ● Deficiente estrutura das explorações no Norte e Centro ● Produtividades baixas ● Insuficiente aprovisionamento das IAA em matéria prima nacional/dependência de importações. 	
Oportunidades	Ameaças	Factores Externos
<ul style="list-style-type: none"> ● Maior exigência do consumidor para produtos de qualidade ● Existência de mercados internos ● Desenvolvimento do novo mercado das energias renováveis ● Maior sensibilidade do cidadão à paisagem e questões ambientais ● Liberalização do comércio: aquisição de matéria prima mais barata para agro-indústria ● Melhoria das infraestruturas portuárias (Plataforma de Sines) 	<ul style="list-style-type: none"> ● Alteração da PAC ● Liberalização do comércio: pressão sobre os preços à produção ● Mercado biocombustíveis aumenta pressão no da alimentação humana e animal ● Negociações internacionais omissas na defesa das questões relativas à qualidade e segurança alimentar (<i>non trade concerns</i>) 	

Anexos

Anexo I. Comércio externo de Arroz total, por estágio de transformação e por subespécie

(toneladas de equivalente branqueado)

	Tríénio 2000-2002		Tríénio 2003-2005		Variação (volume)
	volume	quota	volume	quota	
Entradas					
Total	76487	100%	81252	100%	6%
extra-comunitário	40366	53%	47160	58%	17%
intra-comunitário	36121	47%	34092	42%	-6%
Guiana	31664	41%	39213	48%	24%
Espanha	20759	27%	25377	31%	22%
França	10353	14%	4469	6%	-57%
Tailândia	1234	2%	4097	5%	232%
Holanda	522	1%	2379	3%	356%
Suriname	4374	6%	1992	2%	-54%
Itália	2875	4%	1130	1%	-61%
Uruguay	673	1%	1091	1%	62%
Outros	4034	5%	1504	2%	-63%
Saídas					
Total	8254	100%	15591	100%	89%
extra-comunitário	222	3%	314	2%	42%
intra-comunitário	8033	97%	15277	98%	90%
Bélgica	4018	49%	5275	34%	31%
Espanha	1605	19%	4808	31%	200%
Reino Unido	614	7%	2717	17%	343%
Holanda	1480	18%	1459	9%	-1%
França	92	1%	492	3%	435%
Luxemburgo	164	2%	287	2%	75%
Angola	177	2%	199	1%	13%
Itália	22	0%	171	1%	681%
Outros	83	1%	183	1%	119%

Fonte: EUROSTAT. Extração 25.OUT.2006

Fluxo	Origem	Forma	Tríénio 2000 2002	Tríénio 2003 2005	Variação
Entradas	Não UE	Paddy	0	0	-
		Descascado	36,149	43,540	20%
		Branq./semi-branqueado	3,265	2,410	-26%
	UE	Trincas	952	1,209	27%
		sub-total	40,366	47,160	17%
		Paddy	17,970	11,033	-39%
	Total	Descascado	8,424	8,370	-1%
		Branq./semi-branqueado	7,926	13,331	68%
		Trincas	751	321	-57%
	Total	sub-total	35,071	33,055	-6%
		Paddy	17,970	11,033	-39%
		Descascado	44,573	51,910	16%
Total	Branq./semi-branqueado	11,191	15,741	41%	
	Trincas	1,703	1,531	-10%	
	Total Entradas	75,437	80,215	6%	
Saídas	Não UE	Paddy	3	8	157%
		Descascado	8	25	192%
		Branq./semi-branqueado	210	281	34%
	UE	Trincas	1	0	-70%
		sub-total	222	314	41%
		Paddy	324	950	193%
	Total	Descascado	207	161	-22%
		Branq./semi-branqueado	699	4,009	474%
		Trincas	6,804	10,157	49%
	Total	sub-total	8,033	15,277	90%
		Paddy	327	957	193%
		Descascado	215	186	-14%
Total	Branq./semi-branqueado	908	4,291	372%	
	Trincas	6,804	10,157	49%	
	Total Saídas	8,254	15,591	89%	

Fonte: EUROSTAT. Extração 25.OUT.2006

Fluxo	Origem	Variedades tipo	Tríénio 2000 2002	Tríénio 2003 2005	Variação
Entradas	Não UE	Indica	39,059	45,488	16%
		Japonica	202	462	128%
		sub-total	39,261	45,950	17%
	UE	Indica	13,750	17,429	27%
		Japonica	20,722	15,305	-26%
	TOTAL	sub-total	34,472	32,734	-5%
Indica		52,809	62,917	19%	
TOTAL	Japonica	20,925	15,767	-25%	
	Total Entradas	73,734	78,684	7%	
Saídas	Não UE	Indica	105	210	100%
		Japonica	116	104	-10%
		sub-total	221	313	42%
	UE	Indica	710	4,333	511%
		Japonica	520	787	51%
	TOTAL	sub-total	1,229	5,120	317%
Indica		814	4,542	458%	
TOTAL	Japonica	636	891	40%	
	Total Saídas	1,450	5,434	275%	

Anexo II. Comércio Externo de Cereais – Média anual (t)

Cereal	Fluxo	País	Triénio 2000-2002		Triénio 2003-2005		Variação (volume)	Preço CIF/FOB (€/t)	
			volume	quota	volume	quota		2000-02	2003-05
Aveia	Entradas	Total	9359	100%	24258	100%	159%	141	137
		<i>extra-comunitário</i>	40	0%	31	0%	-22%	326	345
		<i>intra-comunitário</i>	9319	100%	24227	100%	160%	144	148
		Reino Unido	3768	40%	15000	62%	298%	135	131
		Espanha	4399	47%	6960	29%	58%	144	150
		Polónia	0	0%	950	4%	-	-	132
		Alemanha	882	9%	720	3%	-18%	133	135
		França	266	3%	583	2%	119%	156	119
		Outros	43	0%	45	0%	5%	-	-
	Saídas	Total	676	100%	1137	100%	68%	144	148
		<i>extra-comunitário</i>	0	0%	0	0%	-	-	-
		<i>intra-comunitário</i>	676	100%	1137	100%	68%	144	148
		Espanha	676	100%	1137	100%	68%	144	148
Centeio	Entradas	Total	17038	100%	24331	100%	43%	130	139
		<i>extra-comunitário</i>	1730	10%	0	0%	-100%	94	-
		<i>intra-comunitário</i>	15309	90%	24331	100%	59%	134	139
		Alemanha	6579	39%	14696	60%	123%	134	140
		Espanha	7854	46%	8245	34%	5%	135	140
		Holanda	1	0%	977	4%	104568%	421	117
	Outros	2605	15%	413	2%	-84%	-	-	
	Saídas	Total	247	100%	10	100%	-96%	143	139
		<i>extra-comunitário</i>	-	0%	-	0%	-	-	-
		<i>intra-comunitário</i>	247	100%	10	100%	-96%	143	139
Espanha		247	100%	10	100%	-96%	143	139	
Cevada	Entradas	Total	300478	100%	353897	100%	18%	134	135
		<i>extra-comunitário</i>	10290	3%	0	0%	-100%	124	500
		<i>intra-comunitário</i>	290187	97%	353897	100%	22%	135	135
		Reino Unido	52921	18%	136534	39%	158%	127	127
		França	61605	21%	90564	26%	47%	155	143
		Espanha	98410	33%	59824	17%	-39%	133	145
		Alemanha	72386	24%	51471	15%	-29%	124	130
		Outros	15155	5%	15503	4%	2%	-	-
		Saídas	Total	22140	100%	49123	100%	122%	134
	<i>extra-comunitário</i>		0	0%	0	0%	-	252	-
	<i>intra-comunitário</i>		22140	100%	49123	100%	122%	134	145
	Espanha		22140	100%	49122	100%	122%	134	145

(continua)

Diagnóstico sectorial

Cereal	Fluxo	País	Triénio 2000-2002		Triénio 2003-2005		Variação (volume)	Preço CIF/FOB (€/t)	
			volume	quota	volume	quota		2000-02	2003-05
Milho	Entradas	Total	1186230	100%	1222829	100%	3%	133	129
		<i>extra-comunitário</i>	493573	42%	666120	54%	35%	120	120
		<i>intra-comunitário</i>	692657	58%	556709	46%	-20%	142	140
		Argentina	385275	32%	474770	39%	23%	120	118
		França	585665	49%	401345	33%	-31%	142	139
		Brasil	48754	4%	119031	10%	144%	119	131
		Espanha	101445	9%	100948	8%	0%	142	145
		Sérvia	8282	1%	36616	3%	342%	112	128
		Hungria	24143	2%	26550	2%	10%	115	129
	Outros	32665	3%	63569	5%	95%	-	-	
	Saídas	Total	11646	100%	24353	100%	109%	161	158
		<i>extra-comunitário</i>	265	2%	221	1%	-17%	563	620
		<i>intra-comunitário</i>	11381	98%	24133	99%	112%	152	154
		Espanha	11377	98%	24124	99%	112%	151	154
Outros		269	2%	230	1%	-15%	-	-	
Trigo Duro	Entradas	Total	136036	100%	89538	100%	-34%	177	167
		<i>extra-comunitário</i>	21380	16%	18582	21%	-13%	171	180
		<i>intra-comunitário</i>	114656	84%	70957	79%	-38%	178	164
		Espanha	42074	31%	49200	55%	17%	212	168
		Turquia	21380	16%	14291	16%	-33%	171	179
		Holanda	11084	8%	7005	8%	-37%	194	161
		Reino Unido	14461	11%	4987	6%	-66%	138	125
		França	29304	22%	4918	5%	-83%	149	176
		Alemanha	17677	13%	4839	5%	-73%	169	145
	Estados Unidos	0	0%	4291	5%	-	-	180	
	Outros	55	0%	7	0%	-87%	-	-	
	Saídas	Total	44650	100%	13525	100%	-70%	135	141
		<i>extra-comunitário</i>	0	0%	0	0%	-	-	-
		<i>intra-comunitário</i>	44650	100%	13525	100%	-70%	135	141
Espanha		43710	98%	13525	100%	-69%	135	141	
Outros		940	2%	0	0%	-100%	-	-	
Trigo Mole	Entradas	Total	1405609	100%	1408939	100%	0%	135	137
		<i>extra-comunitário</i>	261379	19%	131894	9%	-50%	126	153
		<i>intra-comunitário</i>	1144231	81%	1277044	91%	12%	137	135
		França	691750	49%	630642	45%	-9%	136	137
		Alemanha	188107	13%	275548	20%	46%	147	135
		Reino Unido	195259	14%	208258	15%	7%	130	128
		Espanha	41101	3%	104777	7%	155%	146	137
		Estados Unidos	30437	2%	81310	6%	167%	167	162
		Holanda	19315	1%	30348	2%	57%	155	161
	Canadá	4269	0%	21829	2%	411%	159	165	
	Ucrânia	161420	11%	0	0%	-100%	112	-	
	Outros	73953	5%	56227	4%	-24%	-	-	
	Saídas	Total	77317	100%	88917	100%	15%	133	137
		<i>extra-comunitário</i>	0	0%	16	0%	9200%	-	167
<i>intra-comunitário</i>		77317	100%	88902	100%	15%	133	137	
Espanha		76485	99%	85682	96%	12%	133	136	
Outros		833	1%	3235	4%	289%	-	-	

Fonte: EUROSTAT. Extracção em 25.10.2006

Anexo III. Zonas Vulneráveis existentes

Zona Vulnerável		Plano de Acção		Alargamento da área geográfica da ZV	
	Portaria		Portaria		Portaria
ZV nº1- Esposende - V.Conde *	258/2003 de 19/03	✓	556/2003 de 12/07	✓	833/2005 de 16/09 1433/2006 de 27/12
ZV nº2 - Aveiro	258/2003 de 19/03	✓	557/2003 de 14/07	-	-
ZV nº3 - Faro	258/2003 de 19/03	✓	591/2003 de 18/07	-	-
ZV nº4 - Mira	258/2003 de 19/03	✓	617/2003 de 22/07	-	-
ZV nº5 - Tejo	1100/2004 de 3/09	-	-	✓	1433/2006 de 27/12
ZV nº6 - Beja	1100/2004 de 3/09	-	-	-	-
ZV nº7- Elvas-Vila Boim	833/2005 de 16/09	-	-	-	-
ZV nº8- Luz-Tavira	833/2005 de 16/09	-	-	-	-

* - O programa de acção estabelecido para a ZV nº 1, Esposende-Vila do Conde, só se aplica na área geográfica estabelecida pela Portaria n.º 258/2003. A nova área geográfica definida nas portarias que estabeleceram os novos limites desta ZV ainda não têm definido plano de acção.

Anexo IV. Medidas agro-ambientais 2004 e 2005: áreas compromisso (1000 ha)

Cultura	Medida			Agricultura biológica	Produção integrada	Protecção integrada	Red. da lixiviação de agro-químicos p/aquíferos	Sement. directa	Sistema polic. Tradici.	Sistemas arvenses de sequeiro	Técnicas de mobiliz. mínima	
		2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Milho	2004	área	2,7	1,3	7,9	5,0	4,2	32,8	0,9	0,2		
	%	2	3	5	34	27	34	2	28			
	2005	área	1,8	6,3	10,0	10,1	6,2	35,2	1,0	0,2		
	%	1	10	5	14	11	32	0	22			
Arroz	2004	área	0,0	12,4	1,6	5,2	0,2	0,2	0	0		
	%	0	31	1	35	1	0	0	0			
	2005	área	0,0	14,8	1,6	8,2	0,5	0,3	0	0		
	%	0	24	1	11	1	0	0	0			
Outros cereais	2004	área	9,6	0,0	2,2	1,2	8,1	5,7	32,6	0,3		
	%	8	0	1	8	51	6	57	37			
	2005	área	12,2	3,9	8,1	30,8	37,0	6,1	127,9	0,4		
	%	7	6	4	42	68	6	60	56			
Oleaginosas	2004	área	0,4	0,0	0,1	0,4	0,5	0,0	3,9	0,0		
	%	0	0	0	3	3	0	7	3			
	2005	área	0,2	0,0	0,4	2,3	0,7	0,0	4,2	0,0		
	%	0	0	0	3	1	0	2	1			
Proteginosas	2004	área	1,1	0,0	0,0	0,1	0,3	0,2	1,9	0,0		
	%	1	0	0	0	2	0	3	4			
	2005	área	1,4	0,0	0,0	0,4	0,9	0,3	3,9	0,0		
	%	1	0	0	1	2	0	2	0			
Sub-total COP	2004	área	13,9	13,7	11,8	11,9	13,4	38,8	39,3	0,6		
	%	11	34	8	81	85	40	69	73			
	2005	área	15,7	25,0	20,2	51,9	45,2	42,0	137,1	0,6		
	%	10	40	11	72	84	38	65	79			
Pousio	2004	área	12,0	0,0	0,4	0,7	2,1	0,5	11,2	0,2		
	%	10	0	0	5	13	1	20	19			
	2005	área	12,2	1,6	0,8	5,5	4,3	1,0	33,8	0,1		
	%	7	3	0	8	8	1	16	14			
Sup Forr	2004	área	76,8	0,0	0,0	0,0	0,2	33,5	3,8	0		
	%	62	0	0	0	1	35	7	0			
	2005	área	23,5	0,1	0,4	2,4	3,3	27,5	38,6	0		
	%	14	0	0	3	6	25	18	0			
Past. Perm.	2004	área	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
	%	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	2005	área	90,6	0,0	0,0	0,3	0,1	24,4	2,0	0		
	%	55	0	0	0	0	22	1	0			
Outras culturas	2004	área	20,9	26,4	144,3	2,1	0,2	23,7	2,8	0,1		
	%	17	66	92	14	1	25	5	8			
	2005	área	21,8	35,8	163,1	12,5	1,1	15,2	1,0	0,1		
	%	13	57	88	17	2	14	0	7			
TOTAL	2004		123,5	40,1	156,5	14,7	15,8	96,5	57,1	0,8		
	2005		163,8	62,5	184,6	72,6	54,1	110,0	212,4	0,8		

Fonte: INGA

Culturas arvenses

Anexo V. Produção mundial de cereais e arroz (10⁶ t)

Cereal \ País	Mundo	União Europeia	Outros Europa		América				Ásia					Alguns outros		Todos os outros	
			Rússia	Ucrânia	do Norte		do Sul		China	Índia	Indonésia	Paquistão	Tailândia	Austrália	Turquia		
					Estados Unidos	Canadá	Argentina	Brasil									
Trigo																	
2004/05	628,8	136,8	45,4	17,5	58,7	25,9	16,0	5,8	92,0	72,2	0,0	19,5	0,0	22,6	18,5	98,0	
2005/06	618,9	122,6	47,7	18,7	57,3	26,8	13,0	4,9	97,5	68,6	0,0	21,5	0,0	24,5	18,0	97,9	
2006/07	586,8	117,2	43,5	14,3	49,3	26,3	13,3	2,5	103,5	68,0	0,0	21,7	0,0	10,5	18,0	98,7	
Outros cereais																	
2004/05	1.014,6	150,7	29,6	23,0	319,4	26,4	24,9	37,9	138,3	33,6	7,2	2,0	4,4	11,6	11,0	194,6	
2005/06	975,2	131,5	27,6	18,1	298,7	26,0	17,9	43,8	147,7	34,4	6,9	2,0	4,3	13,8	11,9	190,6	
2006/07	964,5	127,2	30,2	19,5	285,7	23,3	21,6	43,8	151,3	33,7	6,6	2,0	4,5	7,8	11,0	196,6	
Arroz (branqueado)																	
2004/05	400,5	1,9	0,3	0,1	7,5	0,0	0,7	9,0	125,4	83,1	34,8	4,9	17,4	0,2	0,3	115,0	
2005/06	415,5	1,7	0,4	0,1	7,1	0,0	0,7	7,9	126,4	91,0	35,0	5,5	18,2	0,7	0,4	120,3	
2006/07	416,5	1,7	0,5	0,1	6,1	0,0	0,8	7,9	128,0	91,0	35,1	5,6	18,3	0,3	0,4	120,9	
TOTAL																	
2004/05	2.043,9	289,4	75,3	40,6	385,6	52,3	41,6	52,7	355,6	188,9	42,0	26,4	21,8	34,4	29,8	407,6	
2005/06	2.009,6	255,8	75,7	36,9	363,1	52,8	31,6	56,5	371,6	194,1	41,9	29,0	22,5	39,0	30,3	408,8	
2006/07	1.967,8	246,1	74,2	33,8	341,2	49,6	35,6	54,2	382,8	192,7	41,7	29,3	22,7	18,5	29,4	416,2	

Fonte: *Production Estimates and Crop Assessment Division*, FAS, USDA. November 2006.

Nota: Os valores para 2005/06 são provisórios e para 2006/07 correspondem a previsões

Anexo VI. Mapa actual dos direitos de importação para cereais e arroz e simulação da redução com base nas propostas, em Outubro de 2005, da UE, G20 e EUA

Cod. NC	Produto	DI ou EAV actual (%)	DI especif. actual (€/t)	Valor (€/t) simulado de novo DI usando propostas de:			Percentagem de redução associada às propostas de:		
				UE	G20	EUA	UE	G20	EUA
Trigo Duro									
10011000	Trigo duro	81,9	148	74,0	37,0	14,8	50%	75%	90%
Trigo Mole									
10019010	Espelta, destinada à sementeira	12,8		8,3%	7,0%	5,1%	35%	45%	60%
10019091	Trigo mole e mistura de trigo com centeio, para sementeira	46,1	95	52,3	42,8	19,0	45%	55%	80%
10019099	Espelta, trigo mole e mistura de trigo com centeio (expt. para sementeira)	59,4	95	52,3	33,3	19,0	45%	65%	80%
Centeio									
10020000	Centeio	64,5	93	46,5	32,6	9,3	50%	65%	90%
Cevada									
10030010	Cevada para sementeira	40,1	93	51,2	41,9	27,9	45%	55%	70%
10030090	Cevada (expt. para sementeira)	69,5	93	46,5	32,6	9,3	50%	65%	90%
Aveia									
10040000	Aveia	69,9	89	44,5	31,2	8,9	50%	65%	90%
Milho									
10051011	Milho híbrido duplo e híbrido top-cross, para sementeira	0,0		0,0	0,0	0,0			
10051013	Milho híbrido três vias, para sementeira	0,0		0,0	0,0	0,0			
10051015	Milho híbrido simples, para sementeira (expt. híbrido duplo, top-cross, três vias)	0,0		0,0	0,0	0,0			
10051019	Milho para sementeira (expt. milho híbrido)	0,0		0,0	0,0	0,0			
10051090	Milho (para sementeira)	7,4	94	61,1	51,7	37,6	35%	45%	60%
10059000	Milho (expt. para sementeira)	73,2	94	47,0	32,9	9,4	50%	65%	90%
Arroz com casca									
10061010	destinado a sementeira	7,7		5,0%	4,2%	3,1%	35%	45%	60%
10061021	pré-cozido, de grãos redondos	36,5	211	116,1	95,0	63,3	45%	55%	70%
10061023	pré-cozido, de grãos médios	77,8	211	105,5	52,8	21,1	50%	75%	90%
10061025	pré-cozido, de grãos longos, com relação C/L > 2 mas < 3	80,3	211	105,5	52,8	21,1	50%	75%	90%
10061027	pré-cozido, de grãos longos, com relação C/L >= 3	27,1	211	137,2	95,0	63,3	35%	55%	70%
10061092	de grãos redondos (expt. pré-cozido, bem como o destinado a sementeira)	58,5	211	116,1	73,9	42,2	45%	65%	80%
10061094	de grãos médios (expt. pré-cozido, bem como o destinado a sementeira)	84,6	211	105,5	52,8	21,1	50%	75%	90%
10061096	de grãos longos, com relação C/L > 2 mas < 3 (expt. pré-cozido, bem como o destinado a sementeira)	66,7	211	105,5	73,9	21,1	50%	65%	90%
10061098	de grãos longos, com relação C/L >= 3 (expt. pré-cozido, bem como o destinado a sementeira)	93,6	211	84,4	52,8	21,1	60%	75%	90%
Arroz descascado									
10062011	pré-cozido, de grãos redondos	13,1	65	42,3	35,8	26,0	35%	45%	60%
10062013	pré-cozido, de grãos médios	9,2	65	42,3	35,8	26,0	35%	45%	60%
10062015	pré-cozido, de grãos longos, com relação C/L > 2 mas < 3	14,4	65	42,3	35,8	26,0	35%	45%	60%
10062017	pré-cozido, de grãos longos, com relação C/L >= 3	17,0	65	42,3	35,8	26,0	35%	45%	60%
10062092	de grãos redondos (expt. pré-cozido)	6,7	65	42,3	35,8	26,0	35%	45%	60%
10062094	de grãos médios (expt. pré-cozido)	20,4	65	42,3	35,8	26,0	35%	45%	60%
10062096	de grãos longos, com relação C/L > 2 mas < 3 (expt. pré-cozido)	9,6	65	42,3	35,8	26,0	35%	45%	60%
10062098	de grãos longos, com relação C/L >= 3 (expt. pré-cozido)	12,7	65	42,3	35,8	26,0	35%	45%	60%
Arroz semibraneado									
10063021	pré-cozido, de grãos redondos	40,6	175	96,3	78,8	52,5	45%	55%	70%
10063023	pré-cozido, de grãos médios	42,4	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063025	pré-cozido, de grãos longos, com relação C/L > 2 mas < 3	45,7	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063027	pré-cozido, de grãos longos, C/L >= 3	48,8	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063042	de grãos redondos (expt. pré-cozido)	40,3	175	96,3	78,8	52,5	45%	55%	70%
10063044	de grãos médios (expt. pré-cozido)	46,9	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063046	de grãos longos, C/L > 2 mas < 3 (expt. pré-cozido)	46,6	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063048	de grãos longos, com relação C/L >= 3 (expt. pré-cozido)	42,0	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
Arroz branqueado									
10063061	pré-cozido, de grãos redondos	46,5	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063063	pré-cozido, de grãos médios	44,0	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063065	pré-cozido, de grãos longos, com relação C/L > 2 mas < 3	43,8	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063067	pré-cozido, de grãos longos, com relação C/L >= 3	46,7	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063092	de grãos redondos (expt. pré-cozido)	40,3	175	96,3	78,8	52,5	45%	55%	70%
10063094	de grãos médios (expt. pré-cozido)	42,8	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063096	de grãos longos, com relação C/L > 2 mas < 3 (expt. pré-cozido)	45,1	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
10063098	de grãos longos, com relação C/L >= 3 (expt. pré-cozido)	46,0	175	96,3	78,8	35,0	45%	55%	80%
Trincas de arroz									
10064000	Trincas de arroz	42,8	128	70,4	57,6	25,6	45%	55%	80%

DI = Direito de importação; EAV= Equivalente *ad valorem*

Fonte: Cálculos GPPAA baseados nas propostas de Outubro 2005 da Comissão Europeia, EUA e G20.

Anexo VII. Etapas de Adesão – Portugal/UE

1ª Etapa – Cereais (art.º 319 e ss do Tratado de Adesão)

Desmantelamento do monopólio de comercialização da EPAC e liberalização progressiva do comércio interno e das exportações, tendo em vista instaurar um regime de livre concorrência no mercado português;

- eliminação progressiva do monopólio de importação da EPAC durante um período de 4 anos;
- criação de um organismo de intervenção e constituição de uma infra-estrutura material e humana que permita as operações de intervenção (INGA);
- formação livre dos preços;
- criação de um serviço de informação dos mercados agrícolas, para o registo das cotações.

As importações da EPAC são reduzidas em 20% ao ano, em relação ao ano anterior (base: 1985) durante 5 anos, em favor de operadores privados.

2ª ETAPA – Cereais (art.º 321 e ss do Tratado de Adesão)

O período de referência para preços foi 1984, 1985 e 1986.

Durante a 2ª etapa a harmonização dos preços deveria ocorrer de acordo com o art. 285 do Acto de Adesão. No entanto, a **política seguida em matéria de preços** pela Comunidade desde a Adesão e, nomeadamente, o **regime de estabilizadores**, vieram tornar impossível a aplicação do processo previsto neste artigo. Foi então necessário um **reforço das regras de transição em matéria, nomeadamente, de ajudas e prazos**.

Ainda durante a 2ª etapa:

Os preços portugueses manter-se-iam congelados em ECUS no nível que foram convertidos no princípio da 1ª etapa.

Antes do 8º ano a contar do início da data de adesão, o Conselho procederia a uma análise da evolução da aproximação dos preços. Daqui poderia resultar: i) um prolongamento limitado do período de transição ou, ii) uma redução progressiva do preço PT, acompanhada da concessão de ajudas indirectas (nacionais), temporárias e degressivas se o prolongamento do período de transição não se revelasse suficiente por si só. O que veio a acontecer, materializado na ajuda co-financiada.